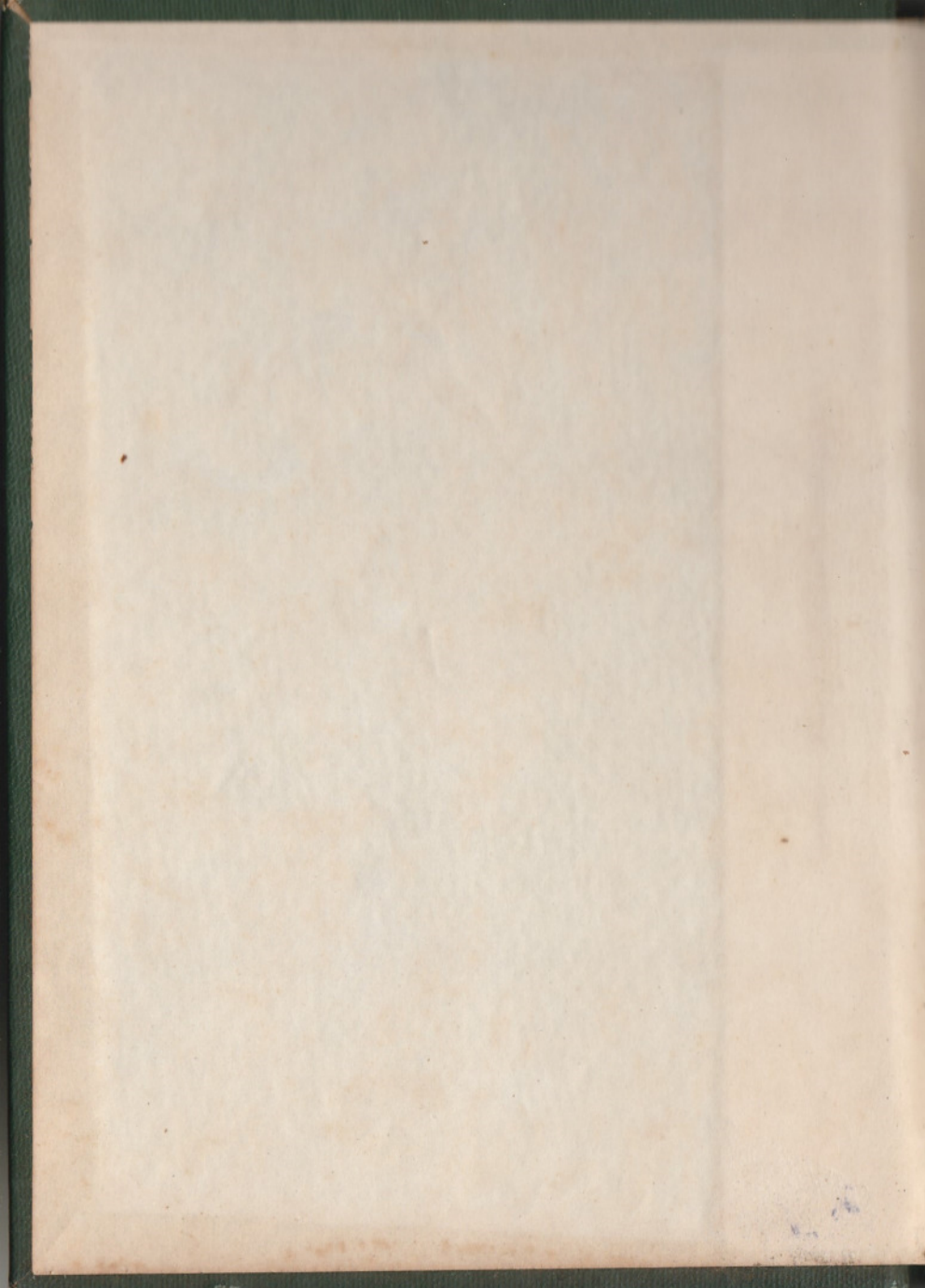
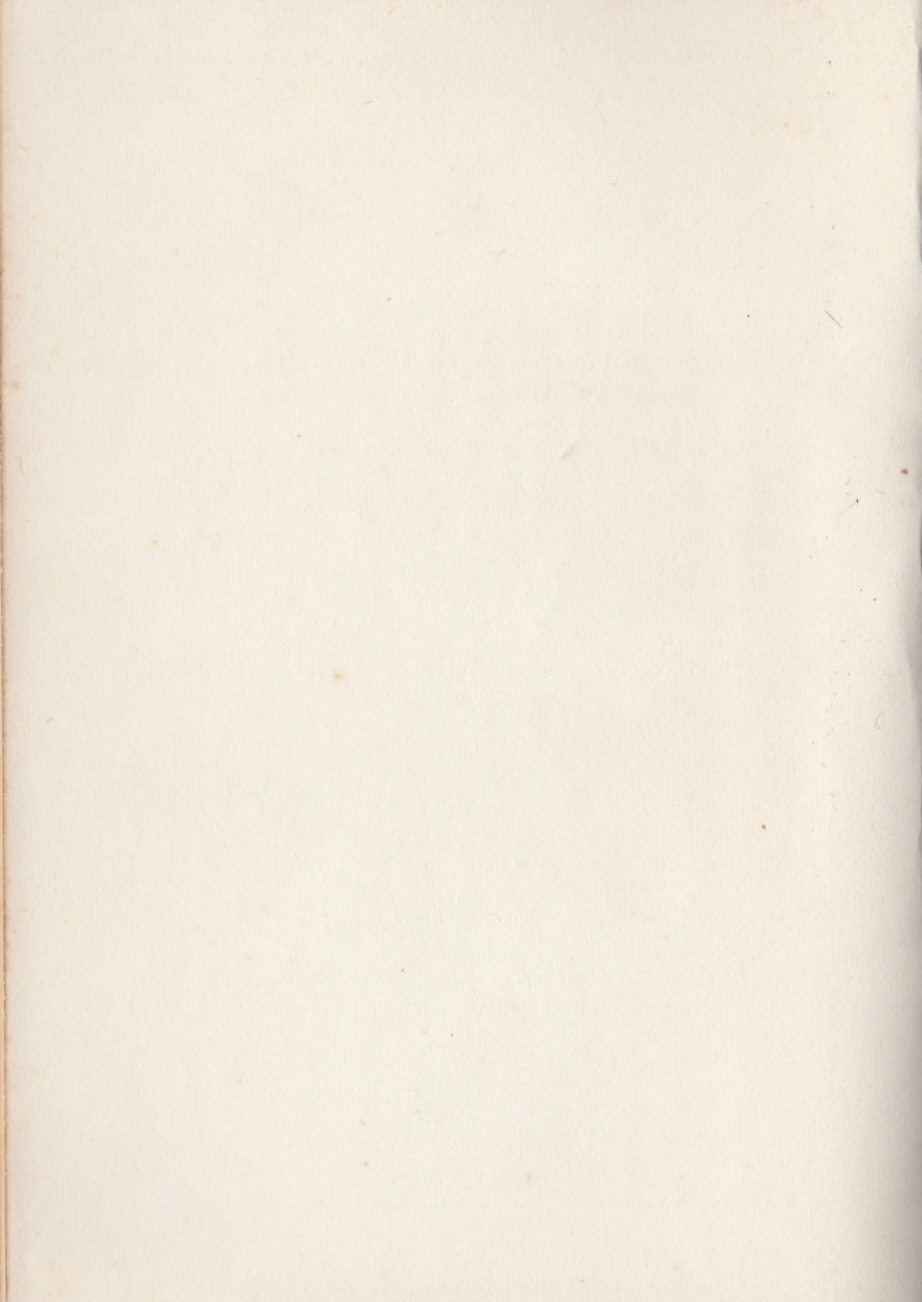
ENCICLOPÉDIA
DO
INTEGRALISMO
V

DIVERSOS

ESTUDOS
E
DEPOIMENTOS

ENCICLOPÉDIA DO INTEGRALISMO

V

ESTUDOS E DEPOIMENTOS

LOUREIRO JUNIOR E OUTROS
MIGUEL REALE
MARGARIDA C. ALBUQUERQUE CORBISIER
HÉLIO VIANNA
LUIZ COMPAGNONI
JOSÉ GARRIDO TORRES
ANTÔNIO GALOTTI
LEOPOLDO AYRES
ERNANI LOMBA FERRAZ
ÂNGELO SIMÕES DE ARRUDA
RÔMULO ALMEIDA
LAURO ESCOREL

LIVRARIA CLÁSSICA BRASILEIRA
Rua 1.º de Março, 147 — 2.º andar
— RIO DE JANEIRO —

AOS ESTUDANTES PAULISTAS

NÓS, estudantes integralistas, na maioria voluntários de 1932, temos assistido às agitações da opinião acadêmica em tôrno dos acontecimentos políticos, que interessam diretamente os partidos e todos aquêles que se aproveitam da inquietação popular, servindo-se da mocidade, da qual exigem os serviços e, muitas vêzes, o próprio sangue.

A juventude das escolas precisa compenetrar-se de que já não pertence à geração dos políticos que militam, quer nas correntes governistas, quer nas hostes oposicionistas.

Assumir atitude a favor de qualquer dos adversários, que se defrontam na arena política estadual ou nacional, corresponde a praticar um gesto de escravos romanos que se atrelam nos carros patrícios, arrastados na miséria moral dos vencidos e dos incapazes.

É chegado o momento em que duas gerações irremediàvelmente se separam. É o instante em que os filhos deverão separar-se dos pais, se quizerem ser dignos da missão que o destino histórico da Pátria lhes reservou. Não existem três caminhos, mas apenas dois: ou somos tristes servos da gleba parti-

dária, ou nos afirmamos com os direitos e a violência de uma geração em marcha.

A Ditadura vale tanto como os partidos que a guerreiam; os demagogos outubristas valem tanto como aquêles que desejarem se valer dos justos resentimentos da juventude da nossa Terra, seja para que fim for; a Assembléia Constituinte vale tanto para nós, moços estudantes e idealistas, como um baile de múmias; o Partido Constitucionalista é tão podre como o Partido Republicano Paulista; ambos equivalem, em oportunismo, aos partidos socialistas forjados sob as auras epiléticas do tenentismo desorientado. Não distinguimos nenhuma diferença entre a politicagem da ditadura e a não menor politicagem de seus inimigos. Não nos interessa que seja eleito Presidente da República, pelos conchavos dos bastidores, qualquer boneco do cenário execrável da política de uma geração que não é a nossa. Porque não existe em nenhum partido do Brasil um homem capaz de executar a profunda revolução, que só o Integralismo poderá realizar.

Já vistes, ó môços, a incapacidade daqueles que vos dirigiram na prometida marcha sôbre o Rio de Janeiro. Eram todos políticos medíocres. Êles não souberam levantar a mocidade brasileira para que ela acorresse ao apêlo de seus irmãos paulistas. Êles andaram confiantes na palavra mentirosa de Interventores e serviçais da ditadura, envez de pro-

curar falar ao coração da mocidade dos outros Estados.

Mas, que poderiam êles falar de novo, de interessante, de sugestivo? Coisa nenhuma, porque são todos velhos, porque não aprenderam senão a surrada cartilha dos partidos defuntos, cartilha essa pela qual também rezaram os homens da ditadura, tão velhos e bolorentos como os seus adversários.

Nós môços, para sermos dignos, não podemos tomar partido por ninguém. Não somos contra nem a favor; somos indiferentes. E somos indiferentes porque não nos consideramos contemporâneos dos atores da comédia política nacional. Nós somos dos tempos novos!

Hoje, só existe uma atitude para os môços: O INTEGRALISMO. Só existe uma revolução: O INTEGRALISMO. No dia em que se levantarem os môços integralistas de São Paulo, para marchar sôbre o Rio de Janeiro, não acontecerá mais o que sucedeu quando nós, juventude sacrificada, eramos levados pelos cérebros decrépitos que nos prometiam uma vitória baseada em conchavos com Interventores. Desta vez, não nos conduzem homens sem idéias novas, sem capacidade de revolucionarismo social; o nosso roteiro é uma doutrina: essa doutrina será a alma da nossa Revolução.

A Revolução Integralista criou, primeiro, a idéia, para depois formar o exército dos "Camisas

Verdes". Esta revolução tem duas etapas: primeiro a transformação da mentalidade, pelo estudo; mais tarde, então, é que se tomará o Poder.

Orgulhamo-nos de estar dentro do Integralismo, como homens livres, e não como escravos, como joguetes de explorações partidárias. O môço que se inscreveu no Integralismo sabe que ninguém o iludirá, que não lhe passarão o "conto do vigário", porque existe uma doutrina clara, definida, nítida, que deverá ser cumprida, sem preocupação de homens nem de tempo.

Formando na retaguarda dos partidos, oh! môços da vanguarda das trincheiras; não passareis de lacaios, de instrumento; enquanto nós, os môços integralistas, ocupamos cargo de comando, desde já, e nos preparamos para desempenhar os altos postos do govêrno da Nação, porque no Integralismo os môços é que dirigem, ao contrário do que se tem dado nas falsas revoluções e nas organizações políticas em que a juventude forma nos postos ínfimos.

O INTEGRALISMO é a revolução espiritual, é escola de estadistas. Dentro dêle, não se faz politicagem: estuda-se. Sentimo-nos dignificados porque temos a consciência da autonomia da nossa geração. É, portanto, o Integralismo, o lugar dos môços ciosos da sua personalidade e convencidos do seu destino histórico.

Nós, estudantes integralistas, vos concitamos, cheios do afeto que a vós outros nos uniu, na revolução de 1932, a que não vos deixeis arrastar nem pela ditadura, nem pelos velhos partidos, nem pelo tenentismo, nem pelo separatismo, nem pelo comunismo, porém, vos convidamos a virdes cerrar fileiras conosco, num gesto de desprêzo por tudo quanto se passa no país. Um dia (não importa quando) conquistaremos o govêrno da Nação, porque não o queremos como dádiva e sim como conquista.

Esta é a palavra dos Integralistas que vos chamam, em nome dos quatro mil estudantes já inscritos sob a Bandeira do Sigma, para a grande obra revolucionária que se fará contra todos os políticos, sem exceção.

Pela Seção dos Estudantes Integralistas de São Paulo,

a) Loureiro Junior — Alfredo Buzaid — Luiz Saia — Otacilio Pousa Sena — Rui Arruda — Lafaiete Soares de Paula — Amador Galvão de França — Antonio Campos Nóbrega — Francisco Luiz de Almeida Sales — Mario Mazzei Guimarães — Zigler de Paula Bueno — Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbesier — Gofredo da Silva Teles Jr.

(in **A Offensiva, 31-5-1934**).

MIGUEL REALE

O QUE É O INTEGRALISMO

I

A NAÇÃO

O Integralismo quer a cooperação de tôdas as fôrças nacionais para a realização do Estado Integral que é o Estado identificado com a Nação como síntese de seus valores espirituais e materiais mais altos.

A Nação é um organismo ético, político, cultural e econômico. É a reunião dos indivíduos que, em um mesmo território e sob o mesmo poder soberano, possuem aspirações comuns, identidade de interêsses, um patrimônio de cultura e de realizações pertencente tanto às gerações que hão de vir como às gerações passadas e presentes. É, pois, uma comunhão de língua, de história, de tradições, de costumes, de hábitos, de virtudes e de defeitos, uma consciência comum de querer.

Do ponto de vista econômico, a Nação é uma cooperativa criada e mantida pela divisão do tra-

balho e pela interdependência das atividades diferenciadas segundo as capacidades e as vocações individuais. É uma sociedade solidária naturalmente estabelecida entre os trabalhadores da inteligência, do braço e do capital.

O Integralismo é nacionalista, mas o seu nacionalismo tem um fundamento exclusivamente ético e, por conseguinte, não pode deixar de reconhecer o legítimo direito que tem cada povo de se afirmar como uma individualidade distinta, cuja missão é contribuir com os seus valores próprios para o progresso universal e a paz comum. O Integralismo regeita, portanto, o imperialismo que quer a transformação da Nação em mero instrumento de conquista nas mãos de grupos econômicos extranhos ou contrários às finalidades da pátria. E, contra os liberais e os marxistas que pregam ilusórios internacionalismos de indivíduos e de classes, os integralistas sustentam o princípio da colaboração dos povos, a colaboração dos indivíduos e dos grupos no quadro geral da vida das Nações, soberanas e conscientes dos próprios direitos e deveres.

II

O ESTADO

O Estado é a Nação organizada. É a organização hierárquica e solidária dos indivíduos e dos

grupos que congregam esforços com o fim de alcançar um máximo de felicidade pessoal e geral.

O Estado não se confunde com uma classe, nem com um grupo, e só pode exprimir a totalidade da Nação. Por êsse motivo, o Estado é soberano, está acima das classes, sendo superior a tôdas elas pela fôrça de que deve dispor e pelos fins que deve realizar. Falar do Estado burguês ou do Estado proletário não é falar do Estado, mas de formas patológicas do Estado.

O govêrno é o órgão essencial do Estado, o poder que atua os fins da Nação, isto é, da família dos subditos. O govêrno não pode estar nas mãos de um partido ou em poder de uma classe. Só pode ser nacional, devendo refletir as características fundamentais do povo, do país.

O Estado, enquanto realiza as aspirações coletivas, é um fim para cada indivíduo; mas é também um meio em relação aos direitos da pessoa humana.

III

A DEMOCRACIA LIBERAL

Democracia é o regime no qual se realiza uma permanente e cada vez mais perfeita correspondência entre o sistema dos processos sociais e o sistema das normas jurídicas. Condição da democracia é o contato contínuo entre governantes e governados,

é a existência de órgãos e de meios idôneos que permitam a manifestação concreta e efetiva da vontade dos núcleos sociais nos setores das respectivas atividades.

O problema da democracia é, em última análise, o problema da representação, o que quer dizer, da constituição e do funcionamento dos órgãos destinados a captar, interpretar, desenvolver e propulsionar as aspirações populares até transformá-las em leis do Estado. O Integralismo nega que o liberalismo possua órgãos capazes de alcançar êsse objetivo fundamental da democracia.

O Estado não é soma de indivíduos isolados. Na sociedade ha grupos de várias naturezas, como a família, as instituições econômicas, científicas e religiosas que são realidades tão palpáveis como os próprios indivíduos.

É verdade que sem o indivíduo, não existiriam nem os grupos e nem o Estado e que, portanto, é o indivíduo o elemento essencial e último da sociedade; mas não é menos verdade que sem o reconhecimento dos agrupamentos naturais, o indivíduo ficaria mutilado, privado de suas projeções no espaço e no tempo.

O êrro da organização democrático-liberal consiste precisamente no isolamento do homem, isolamento que compromete a ligitimidade da representação nacional e a liberdade de cada um.

Destruidos os organismos corporativos, ficam destruidos os canais naturais através dos quais a vontade da Nação se manifesta livre e integralmente. Eis porque o Integralismo substituirá a atual representação popular fitícia e formal por uma representação efetiva e integral, que não repouse na composição aleatória das vontades isoladas, nem resulte do reconhecimento da imposição do número pelo fato de ser número.

É absurdo, de mais a mais, aceitar o presuposto do isolamento do homem para depois forçar os indivíduos a se agregarem desordenadamente em partidos, em grupos artificiais e transitórios criados em função do descontentamento de individualidades ambiciosas, hábeis no jôgo da politiquice e sabidas na arte de aproveitar as correntes das paixões coletivas.

IV

INUTILIDADE DOS PARTIDOS

Os partidos são os órgãos que os liberais oferecem para a manifestação da vontade coletiva. Mas o mais ligeiro exame revela a inconsistência dessa tese.

Os partidos, reunindo ou confundido os mais disparatados interêsses à sombra de uma promessa de programas ou, como é mais frequente, sob o ba-

fejo de um nome de influência, vivem inteiramente separados da vida da Nação.

Os candidatos ao govêrno da causa pública saem dos conchavos secretos dos bastidores, e apresentam-se a um eleitorado heterogêneo, o qual quase sempre se desinteressa pelos pleitos, ou então paga com o voto um favor recebido, ou com o voto conquista um protetor para as horas amargas, quando não põe em leilão o inexpressivo título de cidadania. E, assim, o cidadão troca a própria liberdade pela ilusória soberania de um segundo, do segundo que o Estado lhe concede para votar secretamente, como quem se esconde para praticar um crime.

A um representante escolhido mediante tais processos falta contato direto com o povo para propor o que o povo deseja ou quer; falta responsabilidade para discutir com elevação; falta independência para agir sem compromissos subalternos; falta energia moral para negar ao povo certas medidas que grangeam as simpatias das massas, mas não convencem a inteligência do estudioso, nem satisfazem à consciência do justo.

Os partidos, em verdade, são órgãos imperfeitos e dispensáves em tôda a sociedade onde existem instituições criadas naturalmente pela comunhão permanente das atividades e das aspirações.

Os partidos políticos, em tôda a parte, mas especialmente no Brasil, são orgãos **artificiais transi-**

tórios, **de vida intermitente, heterogêneos e exprimem fôrças dos grandes centros**.

São **artificiais** porque surgiram, como o estudo da história o prova de sobejo, como sucedâneos das corporações, desde quando uma lei absurda proibiu, em nome da liberdade, que os produtores se reunissem livremente para tutela dos interêsses profissionais (1). Mas mesmo fazendo abstração dêsse dado histórico, o artificialismo dos partidos revela-se ao estudarmos a sua formação nos dias que correm. Os partidos nascem segundo as ambições dêste ou daquele político, dêste ou daquele agrupamento, não passando as denominações de rotulos de efeito, e os programas de chamariz para atrair adeptos ingênuos colecionando os votos que são a matéria prima explorada pelo mercantilismo político na fabricação do produto deputado.

São **transitórios** porque são artificiais e, assim como surgem, desaparecem sem alteração de monta no viver social. Duram enquanto duram os interêsses da minoria dirigente, enquanto o rótulo tem capacidade de iludir, enquanto ha acôrdo na divisão dos proveitos. São de vida **intermitente** porque não correspondem a uma necessidade geral, mas a um interêsse particular. Acordam, dirigem-se ao povo, agitam-se quando é a hora decisiva da safra eleitoral. Depois, o povo é esquecido. Se quizer alguma coisa, que arranje um "pistolão" e vá pedir, de chapeu na mão, o cumprimento de um dever!

São **heterogêneos** porque reunem indivíduos de tôdas as profissões e até dos mais diversos pensamentos, dos apetites mais desencontrados; porque essa reunião obedece ùnicamente às paixões do momento, à propaganda dos cartazes, às pregações da imprensa e do rádio, cujo efeito depende, em grande parte, das posses e não da competência e da honestidade dos candidatos que se expõem na vitrine do julgamento eleitoral.

Exprimem forças dos grandes centros, porque é o litoral que fabrica e envia os clichés políticos para o interior, para o sertão, jogando com as ambições das pessoas influentes dos municípios na combinação manhosa dos diretórios tão tímidos em relação ao centro quão violentos em relação aos subalternos do círculo municipal.

V

ELEMENTOS DA DEMOCRACIA INTEGRALISTA

Os representantes da Nação devem sair do seio das profissões organizadas. A representação que hoje se efetua através dos quadros artificiais dos partidos deve se realizar através dos quadros naturais das profissões.

O trabalho, sob tôdas as suas formas de organização e de execução, intelectuais, técnicas e manuais, é um dever social. Assim sendo, todos os tra-

balhadores da inteligência, do braço e do capital devem se unir em associações para se representarem no Estado com paridade de direitos e deveres e com espírito de colaboração.

As associações profissionais apresentam vantagens de estrutura e de ação que os partidos estão longe de possuir. Os sindicatos, as sociedades e as ordens são organismos **naturais, permanentes, homogeneos** e **exprimem as atividades da Nação inteira**; são **naturais** porque resultam da identidade de fins e da comunhão dos meios de ação; **permanentes** porque o trabalho é uma constante, é o estado normal dos homens em sociedade, devendo os trabalhadores ter orgãos próprios para expressão de seus direitos e conhecimento de seus deveres; **homogeneos** porque reunem pessoas que não visam outro fim a não ser o resultado da natureza da atividade intelectual ou produtiva a que se dedicam; e **estão em condições de exprimir a vida total da Nação,** porque desde as vilas mais remotas às metrópoles do litoral, extende-se a rêde do trabalho, dando origem, pela razão natural das coisas, aos agrupamentos jurídicos dos agricultores, camponeses, operários, industriais, etc., etc.

Por todos êsses motivos, o Integralismo, cuja finalidade é identificar Estado e Povo, Estado e Nação, não fundamenta a representação em indivíduos isolados ou combinados em partidos, mas sim:

a) em indivíduos unidos por laços biológicos e efetivos (famílias);
b) em indivíduos unidos pela comunhão das atividades habituais (sindicatos profissionais de um lado; sociedades científicas, artísticas e religiosas do outro; corporações).

Êsses agrupamentos humanos devem ser considerados nos círculos geográfico-histórico:

a) dos municípios
b) das províncias
c) da Nação.

A organização do Estado Integral resulta, como se vê, dessas duas dimensões: da **grupalista** e da **geográfico-histórica**; e de uma terceira que nos é dada pelo **imperativo ético da solidariedade social** que dá forma e sentido às duas outras constituindo a razão de ser da soberania do Estado, como já tivemos ocasião de expor.

VI

A FAMÍLIA

A família é a célula ética e biológica da Nação, a instituição fundamental da qual depende a grandeza da República, não só por ser a condição primeira da robustez física dos homens, mas ainda

porque é o repositório de seus valores espirituais mais sagrados.

O Estado integralista combaterá todos os fatores que desagregam a família. Esta deve ter as condições materiais que garantem uma verdadeira comunhão de afetos. Assim sendo, o Integralismo prega a generalização do "bem de família" e o "salário familiar" na ordem econômica, e a instituição do "voto familiar" na ordem política, e suprimirá os impostos que pesam extraordinàriamente sôbre a economia familiar incrementando o neo-maltusianismo em uma terra que precisa de muitos filhos e de filhos fortes. A defesa da família quer dizer **defeza incondicional da criança**, dever precípuo do Estado.

VII

O SINDICATO

O sindicato é uma das células do organismo nacional, e tem, em particular, as mesmas características da Nação: é um organismo de finalidades éticas, políticas, econômicas e culturais. Como tal não é uma fôrça posta a serviço de interêsses particularistas, nem apenas uma organização de resistência na luta social.

O sindicato no Estado Integral é um orgão de direito público, isto é, munido de poderes reconhe-

cidos pelo Estado para falar em nome dos produtores e do setor da produção que representa.

A sindicalização não é obrigatória. Podem existir vários sindicatos em uma só circunscrição ou setor da produção, mas só um dêles pode ser reconhecido pelo Estado, passando, desde então, a representar tôda a profissão, porque, sendo único o interêsse profissional, única deve ser a sua representação no Estado. A pluralidade sindical só é defendida pelos que desejam o enfraquecimento dos grupos mediante os fracionamentos e as divergências internas. Mas a **unidade sindical** só é compatível com um regime no qual os sindicatos proporcionem às respectivas classes os meios necessários à satisfação de seus legítimos interêsses, materiais, culturais, morais e espirituais.

O reconhecimento de um sindicato por parte do Estado implica na criação de direitos e deveres recíprocos. Eis porque os sindicatos reconhecidos têm **competências obrigatórias,** assumindo o caráter de pessoas de direito público, o que quer que possuem, além de outras, a faculdade de estabelecer entre si contratos coletivos de trabalho válidos para tôda a profissão, de modo a garantirem empregadores e empregados:

a) os empregadores conscenciosos contra a concorrência desleal dêsses patrões que, para dominar o mercado, recorrem a meios desonestos, tais

como o pagamento de salários não correspondentes ao custo real do trabalho;

b) os operários hábeis e dignos contra os companheiros submissos ou mal intencionados que aceitam retribuições incompatíveis com um teor justo e necessário de vida.

O Estado só reconhece os sindicatos que se imponham deveres para com os seus representados e para com a produção nacional, evitando, dessarte, que êles se transformem em instrumentos de luta de classe e se degradem em simples partidos manejados com intuito de subversão da ordem pública.

VIII

CORPORATIVISMO

O sindicato integralista tem quatro funções que se completam:

a) **função política** — pela indicação livre dos representantes aos Conselhos Municipais, aos Conselhos Econômicos Provinciais e à Câmara Corporativa Nacional, diretamente ou através de seus orgãos hierárquicos.

b) **função econômica** pela participação de seus orgãos superiores na solução dos problemas da economia nacional e pela estipulação dos contratos coletivos.

c) **função cultural** — pelo dever que lhes impõe o Estado de cuidar da cultura de seus associados, mantendo escolas, bibliotecas, cursos técnicos etc., cooperando na criação dos campos de repouso, de diversões e de esporte.

d) **função moral** — porque deve procurar resolver os conflitos, surgidos na produção, dentro de um espírito de cooperação e de auxílio mutuo, sem esquecer os impositivos da solidariedade nacional.

As funções acima específicas explicam a razão de ser da **Corporação**, orgão institucional do Estado, à semelhança do Município ou da Província.

O sindicato é formado exclusivamente de produtores de um ofício, de uma profissão, de uma categoria ou de uma indústria (segundo as conveniências de cada um dos casos particulares que devem ser cuidadosamente examinados); mas, em regra, deve ser constituido ou de empregados ou de empregadores, e não de ambos reunidos.

A reunião dos sindicatos forma sucessivamente as Federações e as Confederações dos sindicatos, cabendo às primeiras, no ambito provincial, a constituição dos Conselhos Econômicos que são orgãos consultivos com determinadas faculdades de deliberação.

A Corporação é o orgão estatal, onde se encontram os representantes dos empregadores e dos

empregados, ou melhor, dos trabalhadores da inteligência, do braço e do capital.

A Corporação realiza a disciplina integral, orgânica e unitária das fôrças produtivas, em colaboração com tôda a rêde das cooperativas e dos institutos nacionais de crédito, representando integralmente os interêsses da economia nacional, resolvendo os conflitos e traçando normas para a produção, a circulação e a destribuição das riquezas em colaboração com o poder executivo. Cabe-lhe a função de resolver, quando a solução não surge no próprio setor sindical, as dúvidas oriundas da aplicação dos contratos coletivos, ou na política dos salários e dos lucros. Quando a Corporação não consegue resolver as pendências, as partes recorrem à Magistratura do Trabalho, sem o sacrifício das greves, e dos **lock-outs**.

São as Corporações que constituem — dando um valor novo ao voto hoje desmoralizado pela política liberal — a **Câmara Corporativa** que funciona ao lado do **Senado** ou do **Conselho Nacional** que é o orgão que reune representantes escolhidos entre as mais altas sociedades culturais, científicas e morais do país, entre os mais altos expoentes da cultura brasileira.

Os sindicatos se organizam verticalmente e de baixo para cima (do sindicato do município às confederações nacionais), enquanto que a Corporação se organiza horizontalmente (Corporação do Café,

do Algodão, do Transporte etc. etc.), reunindo empregadores, empregados e técnicos em igualdade de condições.

IX

O ESTADO E A ECONOMIA

A produção deve ser considerada segundo os interêsses nacionais e não segundo interêsses particularistas de indivíduos e de grupos. Assim sendo a técnica, hoje aplicada pelo capitalismo, deve assumir uma direção eminentemente social.

O Estado deve fiscalizar a economia, pois a não fiscalização é uma anomalia das sociedades capitalistas para gaudio de poucos indivíduo. Essa fiscalização sôbre tôda a vida econômica, orientando, estimulando e até mesmo dirigindo, tem por fim destruir o nocivo controle dos senhores das finanças, bem como estabelecer o equilíbrio entre o Capital e o Trabalho, entre a economia nacional e as trocas internacionais.

O Integralismo é contra a livre concorrência que reduz o trabalho a uma simples mercadoria e obriga o operário a aceitar as condições humilhantes impostas pela cubiça dos patrões.

Capital e Trabalho se completam: tôda opressão exercida por um sôbre o outro é iníqua.

O Estado deve respeitar a iniciativa privada e o campo da atividade individual, defendendo, contra o comunismo e o capitalismo, a propriedade que é por êles ameaçada. O Integralismo, porém, repele o uso anti-social da propriedade que encontra um limite imposto pelo bem comum. Por isso, ao lado dos direitos, estabelece os deveres do proprietários que é responsável perante o Estado, o que não se dá no regime liberal que deixa o capital entregue à sua própria sanção.

A iniciativa individual deve ser mantida e defendida, porque sem ela a produção decai, e o trabalho torna-se penoso e barbaro como o trabalho escravo.

Em lugar de destruir a propriedade, o que o Integralismo quer é a disseminação da propriedade. Para atingir êsse elevado escopo, traçará um plano geral para a popularização do crédito. O crédito hoje em dia só é dado àquêles que possuem bens para garantia dos capitalistas, não se extendendo àquêles que possuem ùnicamente capacidade pessoal de produzir. O Integralismo dá a máxima importância à organização das **Cooperativas** (de crédito agrícola, de construção, de consumo, de produção etc.), que devem ser nacionais, dirigidas ou sob o controle do Estado.

Se o Estado Integral reconhece a iniciativa individual, nem por isso se esquece que há fôrças econômicas que envolvem interêsses supremos da

Nação não podendo absolutamente atuar fora do âmbito do Estado. Daí a necessidade da nacionalização das quedas d'água, do aparelhamento bancário, das emprezas elétricas, de determinados meios de transporte, das minas; e a fiscalização direta sôbre a exploração dos gêneros de primeira necessidade afim de se evitar a criminosa atividade dos açambarcadores.

A revisão das tarifas alfandegárias deve obedecer ao predomínio do **social** sôbre o **individual**, de acôrdo com os princípios gerais da nova concepção de Estado. A arrecadação dos impostos deve ser unificada, efetuando-se a destruição de todo o dinheiro arrecadado, entre o Município, a Província e a União, de um modo equitativo, atendendo-se às exigências gerais da Nação e às particulares das regiões. Ao mesmo tempo, proceder-se-á à supressão dos tributos nocivos à economia nacional.

Condição essencial e primeira de tôda essa política econômica é a solução corajosa do problema das dívidas externas, cujos contratos devem ser revistos. Partido o tabú do ouro, a moeda será entendida na sua função normal de instrumento da economia, a qual, por sua vez, é instrumento para a satisfação das necessidades humanas. A economia se subordinará à moral, e então o povo brasileiro compreenderá o porque do grito dos "camisas verdes" por tôda a extensão do território nacional: "Brasileiros, despedacemos as algemas do capitalis-

mo que nos escraviza e proclamemos a independência econômico-financeira da Nação"!

X

O DIREITO NOVO

A maior modificação que se opera no Direito Privado provem do papel relevante que vem assumundo o "contrato coletivo" de trabalho no mundo ocidental.

O código de Napoleão, que serviu de paradigma aos códigos do Ocidente, repousava essencialmente no indivíduo, abstração feita das relações sociais dêle oriundas. Resultava das condições especiais de uma época de economia mais agrária que industrial, quando a grande indústria apenas se esboçava. O naturalismo do século tinha dado fôrça de dogma ao princípio da livre concorrência; acreditava-se piamente que a lei da oferta e da procura fôsse capaz de estabelecer "da se" o equilíbrio econômico, sem prejuizo para os indivíduos e as nações. Em virtude dessa crença profunda nas **leis expontâneas da natureza,** o Estado devia se abster das funções de ordem econômica: o liberalismo foi a consagração política dêsse princípio, verdadeiro ato de fé naturalista.

Com a indústria a vapor, deram-se dois fenômenos de importância extraordinária e que trans-

formaram a organização social: 1.º — A centralização das empresas nas regiões mais ricas de carvão e de ferro, e a consequente centralização de poderes econômicos nas mãos de poucos indivíduos:

2.º — O abandono da terra devido a maiores probabilidades de riqueza fácil nas regiões industrializadas e o consequente aumento de mão de obra. A lei da oferta e da procura exerceu-se sôbre o trabalho, reduzido a uma simples mercadoria.

As leis burguêsas proibiram terminantemente tôda e qualquer união de trabalhadores tendentes a impor um limite à exploração escandalosa do capital.

Que importava que milhares de seres fôssem reduzidos à condição miserável de animais, se tudo era resultado das leis econômicas, ditadas pela **natureza das coisas?**

Os trabalhadores, contudo, não esmoreceram e recorreram a todos os processos capazes de salvaguardar os seus direitos tão hipòcritamente proclamados pela Revolução Francêsa.

No último quartel do século passado, as maiores Nações da Europa resolveram sair do cômodo esconderijo liberal, garantindo o direito de sindicalização.

Organizado o sindicato, não é mais o operário que se defronta com as pretenções gananciosas dos industriais, mas sim uma fôrça capaz de fazer valer os seus direitos: a União do Trabalho.

O princípio... sagrado da livre concorrência sofria , assim um desmentido formal. A palavra liberdade no liberalismo significava sòmente a **liberdade do patrão oprimir o operário**.

Êsse acontecimento marcou a passagem definitiva do direito individual para o direito social. O contrato coletivo de trabalho, com efeito, não pode ser burlado por nenhum indivíduo, tenha assinado ou não o acôrdo. Dispor de outra forma seria garantir o direito de traição.

O indivíduo volta a ser considerado como parte integrante da sociedade, como elemento de um grupo unido pelas mesmas labutas e pelos mesmos interêsses.

O contrato coletivo, hoje em dia não existe sòmente no campo do trabalho, mas também no da produção e dos serviços.

O Estado não pode permanecer indiferente diante dessa realidade. Precisa regular e dar maiores garantias aos acôrdos efetuados entre patrões e operários. E isso só é possível integrando no Estado tanto os sindicatos de trabalhadores como os de patrões, dentro da mais absoluta igualdade de direito.

Daí a necessidade do "sindicato de funções obrigatórias". Êle se fundamenta no próprio interêsse da produção e se justifica pela conveniência de armar de fôrça obrigatória os contratos coletivos de trabalho.

Podem existir vários sindicatos em uma profissão, "mas só um dêles pode ser reconhecido pelo Estado", passando, desde então, a representar tôda a profissão, porque, repetimos, sendo único o interêsse profissional, única deve ser a sua representação no Estado. A pluralidade sindical só é defendida pelos que desejam o enfraquecimento dos grupos mediante o seu fracionamento em lutas internas.

O reconhecimento de um sindicato por parte do Estado implica na criação "de direito e deveres recíprocas". Eis porque ao sindicato reconhecido cabem "competências obrigatórias", tais como: a) — de tutelar os interêsses econômicos e morais dos sócios; b) — a de realizar "efetivamente" obras de assistência social e de educação física, intelectual e moral; c) — a de cooperação dentro da comunhão nacional.

Não basta a promessa de fazer, no regime integralista: impõe-se a obrigatoriedade dessas funções, sem as quais o sindicato perde "imediatamente" o reconhecimento e as vantagens que dêste decorrem. E é natural que assim seja. O Estado só deve atribuir direitos às associações que com êle cooperem impondo-se deveres. O Estado, que representa a Nação, não poderá reconhecer direitos ao grupo que se organizar para destruir a Nação mediante a luta internacional das classes.

De mais a mais, o sindicato reconhecido age como "pessoa de direito público", o que quer dizer,

que as convenções por êle estabelecidas, os contratos por êle concluidos, valem para todos os membros da profissão, "sindicalizados ou não", como se fôsse uma lei do próprio Estado.

É, neste ponto, que se nota a grande importância da doutrina sindical integralista. O sindicato deixa de ser uma simples sociedade civil, como um clube recreativo ou uma sociedade esportiva, para ser considerado como merece, isto é, como representante de uma parte do mundo dos produtores, de uma célula do organismo nacional que o Estado não pode ignorar. Os próprios trabalhadores adquirem os meios para regular a atividade produtora, sob a tutela do Estado, conferindo êste aos "contratos coletivos" a fôrça de seu poder soberano. É, como se vê, a realização da "democracia industrial", pelo contato permanente entre governantes e produtores.

Não basta criar sindicatos de fachada. É preciso que o operário se compenetre da missão de seu sindicato, da função que devem desempenhar os diretores, para que êstes não se sirvam dêles como instrumentos.

O Sindicato precisa ser uma célula da Nação. Sociedade para a garantia da justa remuneração dos produtores (do Capital, do Braço, da Inteligência), deve ainda desenvolver a sua atividade em outros campos, a começar da assistência escolar até à expressão totalista das Corporações.

Um sindicato é um centro para irradiação de **independência econômica, de autonomia moral, de elevação cultural**.

Como simples associação de resistência na luta social, fica mutilado e perde a finalidade própria; como orgão de expressão ùnicamente moral, consome-se lentamente materiais imperiosas; como sociedade apenas cultural iguala-se às demais. Não é possível separar as três funções. A quarta, a função política, só poderá existir completamente no Estado Integral, corporativo.

Mas, os sindicatos, mesmo no regime atual, devem se constituir visando garantir a autonomia econômica e a justiça social, para cooperar com as outras forças nacionais, para elevar o nível cultural das massas obreiras.

Só então o sindicalismo existirá verdadeiramente. Só então passaremos perto de um sindicato, sem sentirmos a impressão fria de um túmulo, com uma taboleta na porta como lembrança de uma idéia morta há cem anos.

XI

A QUESTÃO SOCIAL, O LIBERALISMO E O COMUNISMO

Não há soluções parciais para a questão social, a qual não se resolve mediante leis sôbre sálario mí-

nimo, seguro, acidentes, etc. Antes de mais nada, é preciso ficar bem claro que a questão social não interessa sòmente a operários, mas a tôda a Nação.

É preciso fazer a revisão radical dos códigos individualistas, a reforma da nossa sociedade baseada na luta sem tréguas entre os homens, reforma econômica e moral. Só a modificação integral da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. Eis porque o Integralismo inicia um combate sem tréguas contra o capitalismo e o comunismo internacionalistas, que destroem as Nações para melhor escravizar os homens, e contra o liberalismo que separa a Sociedade do Estado para entronização de poucos indivíduos.

O Integralismo combate o liberalismo, porque o liberalismo promete a liberdade e só a garante aos mais fortes, aos que possuem bens econômicos suficientes para defender os próprios direitos, pois de nada vale a liberdade sem um mínimo de autonomia econômica; — porque promete a justiça e cruza os braços ante os conflitos do Capital e do Trabalho; — porque o Estado Liberal é um Estado mutilado, joguete dos interêsses mesquinhos dos indivíduos e dos grupos; — porque o liberalismo promete defender o indivíduo e o submete à materialidade do Capital. A liberdade política foi uma conquista burguêsa para a burguêsia, apezar das

promessas universais da Revolução Francêsa. O Integralismo quer a liberdade para todos, mas liberdade efetiva e real.

O Integralismo combate o bolchevismo, porque o bolchevismo cria uma casta de exploradores do Trabalho em nome de uma doutrina negada pela experiência, sufocando as energias individuais que querem se expandir, reduzindo o indivíduo a um autômato, posto ao serviço do Estado, que tudo absorve; porque tudo isso é feito sem resultado prático, com diminuição do nível da produção e sem melhoria das massas trabalhadoras, escravas do Estado Único Patrão. O bolchevismo mecanisa o trabalho, quando é preciso dignificá-lo, intelectualizá-lo, fazendo com que o trabalhador tenha no Estado o lugar que de direito lhe cabe.

XII

CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Nenhuma parte da doutrina integralista tem se prestado mais às exploração da interpretação cavilosa como esta da estruturação do Estado brasileiro. Apesar do nosso ponto de vista ter sido fixado com a máxima clareza em monografias, prospectos e livros, muita gente ha que teima em ver no Integralismo uma corrente de centralistas extremados, de-

sejosos de sufocar a vida das províncias, passando uma esponja sôbre as diferenças geográficas e as tradições regionais. É que nós racionamos com dados novos, observando realidades que a geometria do constitucionalismo liberal desconsidera, e não podemos ser entendidos, de pronto, por aquêles que, extranhos aos grandes acontecimentos sociais dos nossos dias, ainda vivem rezando pela cartilha de Hamilton.

Em verdade, até à grande guerra, o constitucionalismo, no capítulo da organização do Estado, jogou com uma única dimensão: **a dimensão espacial.** O critério geográfico foi quase que dominante. Justapuzeram-se regiões como quem reune mosáicos para formar um desenho.

Ainda hoje agitam-se no palco nacional unitaristas, federalistas, confederalistas e separatistas. Uns querem o país submetido a normas rigidas, sem flexibilidade, nivelada a vida nacional sob a pressão de leis iguaisinhas, de modo a alcançar uma unidade amorfa, indiferenciada, sem o acôrdo das partes, sem a composição das forças singulares na harmonia do todo orgânico. São os unitaristas utópicos.

Outros preferem o centrifugismo das partes em revolta contra o todo. Ambos concebem a sociedade como um sistema mecânico de fôrças, procurando descobrir um arranjo que permita um equilíbrio momentâneo.

Não percebem que é ilusório o antagonismo entre o poder central e a vida das províncias. Não compreendem que deve haver uma unidade de direção, mas uma pluralidade de meios de execução. Não vêem que o fortalecimento do poder central que nós pregamos nada tem que vêr com o centralismo dos executivos do regime presidencial, pois deverá ser efetuado no sentido de libertar tôdas as regiões brasileiras dos corpos extranhos que têm impedido a livre expansão de suas possibilidades. Eis porque dizemos — CENTRALIZAÇÃO POLÍTICA E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA — para que uma unidade de fim se realize mediante uma pluralidade de meios e de formas.

Estas as considerações que podemos fazer, mesmo nos mantendo em puro critério tradicional.

Mas, no Brasil não há apenas diferenças mesológicas. Essas diferenças mesológicas produziram múltiplas atividades econômicas que se completam, tecendo essa maravilhosa rêde de trocas, êsse já poderoso COMÉRCIO INTERNO que nos tem valido nos momentos angustiosos de crise e que constitui a saúde do corpo econômico nacional, tudo indicando a necessidade de um eixo de coordenação e de integração de capacidade e de valores.

Além disso, as diversidades mesológicas não são tão profundas como apregoam os separatistas. Basta considerar apenas as zonas de produção cafeeira (São Paulo, Minas, Paraná, Rio, Ceará, etc.),

algodoeira (Nordeste, Santa Catarina, São Paulo, etc.), hervateira (Paraná, Rio Grande, Mato Grosso, Santa Catarina), as múltiplas zonas açucareiras, as zonas de criação (Rio Grande, Minas, Amazonas, Pará, Mato Grosso, etc.), mostrando que — acima dos quadros das províncias — existem outros quadros, não mais GEOGRÁFICOS, MAS HUMANOS, decorrentes da atividade do homem sôbre as riquezas da terra.

É aqui que surge a segunda dimensão para a organização do Estado; A DIMENSÃO GRUPALISTA, OU MELHOR, DE AGRUPAMENTOS EM CICLOS PRODUTIVOS.

Já perceberam, em parte, os nossos políticos essa face do problema quando constituiram o Instituto de Café, mas realizaram mal porque ficaram no meio do caminho sem evitar a exploração da política partidária e sem coordenar todos os interêsses ligados ao produto que se queria defender.

Há poucos meses tentaram os beneficiadores de mate fundar um organismo super-provincial para expansão da herva beneficiada, de modo que todos cooperassem, tendo em vista o bem comum.

Êstes são sinais de que é preciso partir de dois marcos para a perfeita organização nacional:

a) Da consideração das peculiaridades mesológicas e do regionalismo sadio (critério geográfico-histórico).

b) da distribuição das atividades em círculos super-provinciais de produção (critério grupalista-econômico)...

Aliás, essas duas dimensões não são mais que a ação do homem sôbre a terra, e, desta sôbre o homem.

Com êsses pontos de referência, é necessário abandonar o estreito plano do FEDERALISMO TRADICIONAL para alcançar tôda a complexidade da vida brasileira em um FEDERALISMO NOVO DE BASE CORPORATIVA. Eis porque não compreendemos a linguagem de confederalistas e federalistas, assim como não podemos ser entendidos por quem desconhece o fenômeno sindical e ignora que o alicerce do Estado novo só pode ser um: O GRUPO PROFISSIONAL EM TÔDAS AS SUAS EXPRESSÕES ATÉ À CORPORAÇÃO, ORGÃO INSTITUCIONAL DO ESTADO.

Só assim o Brasil se libertará das lutas hegemônicas que derramam o sangue da mocidade, e ficará garantida a unidade moral e sentimental do nosso povo.

XIII
O PROBLEMA DA CULTURA

A cultura é uma questão fundamental que o Integralismo tem a resolver, pois nada se poderá fazer de duradouro, sem uma consciência nacional,

isto é, sem que exista antes "o brasileiro". Cultura da inteligência e do espírito e não simples aprendizagem mecânica de letras e de algarismos.

Daí a necessidade de dar, como já foi dito, uma função educacional aos sindicatos.

O problema educacional exige uma solução uniforme para todo o Brasil. O Integralismo iria de encontro às suas tendências fundamentais, se aceitasse uma dispersão ou desarticulação das células educacionais que são a escola. A escola tem uma função educacional que o Integralismo não desconhece. Onde não existe unidade racial, a escola é o fator predominante na formação de uma unidade histórica e ética indispensável. Unificar, porém, não quer dizer estandartizar a cultura. O Integralismo é pela escola unificada.

O ensino deve ser gratuito em seu gráu primário com obrigatoriedade de matrícula e freqüência.

Os estudantes que mostrarem capacidade terão garantida a continuação gratuita dos estudos, nos cursos secundários e superior. A universidade deve ter uma função importantíssima na seleção dos valores, pois o Integralismo só compreende a unidade segundo a hierarquia da inteligência e da capacidade.

A cultura deve ser proporcionada às massas populares. O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exigem ampla instrução profissional. É preciso que a

fábrica não se separe da escola, assim como é preciso que o Capital não se separe do Trabalho.

Só uma nova organização social, baseada na solidariedade de todos dentro da Naçãc, poderá garantir ao filho do trabalhador manual a possibilidade de desenvolver a sua personalidade, sem sacrifícios tanto pessoais como de sua família.

É necessário também estabelecer leis sôbre o teatro, o cinema, a imprensa, devido à sua incalculável importância na sociedade. São armas de dois gumes que podem ser tanto elementos de harmonia como de desagregação. Daí a necessidade do rigoroso controle do Estado. Leis especiais devem oferecer garantias aos que trabalham nessas atividades, e ao mesmo tempo, evitar que êsses veículos do pensamento se tornem instrumentos anti-sociais.

XIV

O PROBLEMA DA RAÇA

O Integralismo mantem-se alheio a todo e qualquer preconceito de raça, preferindo julgar o homem, não pelos aspectos exteriores da côr, ou do formato dos crâneos, mas pelos valores morais e cívicos.

A tese racista não está, nem nunca esteve, dentro das nossas cogitações.

Mesmo na Alemanha nazista, já se começa a abandonar o mito da raça nordica, corrigindo-se as exageradas afirmações de Rosemberg para quem o conceito de HONRA, que êle diz ser próprio da raça germânica, deve se impor ao conceito latino do AMOR e ao conceito semita do INTERÊSSE.

Os mais recentes estudos sôbre tão momentoso problema marcam uma volta à posição de equilíbrio. Notam os pesquizadores alemães que, além do fator étnico, outros há que merecem atenção, tais como o GEOGRÁFICO, o HISTÓRICO, o ECONÔMICO, o EDUCACIONAL e o RELIGIOSO que atuam sôbre a natureza humana e produzem diferenciações importantes no sistema dos movimentos sociais.

Objeto de consideração tem sido, por exemplo, a influência exercida pelo meio-ambiente sôbre os imigrantes na América, na Oceania e na África, não escapando aos observadores imparciais o diferente índice de reação do homem nórdico nos diversos pontos do planeta.

Elementos estritamente sociais alteram a capacidade produtiva dos indivíduos, bastando lembrar que muito homens, apáticos ou inoperosos na Europa meridional, se transformam em centros de poderoso dinamismo nas terras para onde se dirigem em busca de fortuna, acontecendo o contrário a muitos dolicolouros.

Essas e outras observações conduzem a uma apreciação totalitária do homem e da sociedade. Em lugar da unilateralidade étnica, compreende-se que é necessário levar em conta a totalidade dos fatores operantes, sem se esquecer que — acima de tudo — cumpre analisar o que de específico e de próprio há no indivíduo, que é quem sofre as influências exteriores, mas é também quem reage sôbre elas e as modifica como ser dotado de inteligência e de vontade livre.

Assim sendo, a tese racista perde o caráter científico que se lhe quiz atribuir para passar a ser, quando muito, um "elemento sentimental", uma tradução do sentido de unidade dos que se orgulham da grande cultura germânica. A idéia da raça é na Alemanha o que representa a idéia de IMPÉRIO na Itália, a expressão de uma constante da alma nacional.

No Brasil, onde se reunem e se fundem tôdas as etnias para dar ao mundo o homem cósmico da civilização americana tropical, a teoria das raças superiores revela-se em tôda a sua fraqueza. Já tivemos e temos provas do poder criador do homem negro no campo da ciência, da arte e da política; e a participação na vida cultural do país de filhos imigrantes antigos ou recentes, com o seu acendrado amor à terra nativa, mostra de sobejo a relatividade da tão decantada "voz do sangue".

XV

O ESTADO E A RELIGIÃO

O Estado Integral não é agnóstico como o Estado Liberal Democrático, mas também não é sectário. O Integralismo exige que todo camisa-verde seja espiritualista e fundamente no princípio de Deus todo o sistema da ordem social. Sob a bandeira azul e branca do Sigma reunem-se, na mais íntima solidariedade, todos os brasileiros, que estejam dispostos a defender as suas crenças, ameaçadas pela onda materialista, tanto do utilitarismo burguês, como do socialismo revolucionário.

O Estado e as organizações religiosas agem em planos diferentes, mas em determinados setores a sua ação deve se desenvolver em conjunto, respeitando-se tanto os direitos do indivíduo como os direitos da pessoa.

O Integralismo impõe-se o dever de revigorar o sentimento religioso e, como diz Mussolini, "não o faz sòmente para atender aos fatores espirituais da vida, mas também devido ao seu próprio caráter integralizador, de movimento tendente a fazer entrar nos quadros da vida nacional todo o povo, exprimindo os seus valores mais altos".

Entre o Estado e as religiões há direitos e deveres recíprocos, não podendo o Estado ser instrumento da religião, nem esta ser instrumento do Es-

tado. Por êsse motivo, o Integralismo prega e sustenta o princípio da liberade de consciência e de culto e propõe-se estabelecer a solução das relações entre o Estado e as Igrejas mediante o sistema da concordata.

XVI

CONCLUSÃO

O Integralismo é a doutrina que não crê em soluções fragmentárias para a questão social e prega a necessidade do Estado forte para garantir o equilíbrio entre as várias classes: — que faz do Estado um realizador de fins morais e sustenta a necessidade de uma política voluntária, capaz de acompanhar e dirigir a marcha rápida dos acontecimentos humanos, pondo sempre a realidade acima das teorias; — que faz do Estado a síntese das aspirações nacionais e o coordenador das atividades individuais, mas não faz do Estado um fim absoluto e exclusivo, um tabú; — que combate o individualismo porque o homem só vale integralmente como membro de uma coletividade e como expressão de um grupo; mas se afasta do Comunismo, que aniquila o indivíduo, tornando-o um meio, um instrumento; — que só compreende o internacionalismo como resultante dos valores específicos de cada povo, de cada Nação; — que não admite a demagogia po-

pular e a mentira do Sufrágio Universal, mas foge igualmente da Ditadura e do Cesarismo que sufocam a Liberdade em nome de um interêsse de qualquer ordem; — que não desconhece os imperativos da Tradição, mas não faz dêles pontos de chegada e, sim, marcos de uma continua evolução; — que se não baseia na consideração exclusiva dos valores econômicos, mas em todos os valores espirituais e materiais do homem.

INTEGRALISMO é a realização da Democracia Social e Orgânica, pela identificação progressiva de Estado e Sociedade, Estado e Nação.

Êste estudo que foi publicado pela "Revista Brasileira", n.ºs 7 e 8, é a "Cartilha do Integralismo" inteiramente refundida e ampliada.

---

(1) — V. meus livros *"O Estado Moderno"* e *"Formação da Política Burguêsa"*.

MARGARIDA CAVALCANTI ALBUQUERQUE CORBISIER

CONCEITO DE VIDA HERÓICA

JÁ se vai precisamente, no processo misterioso dos tempos, a hora em que os homens ainda uma vez despertos para a realidade de sua tarefa de "homens", ainda uma vez conscientes de sua "irremediável" dignidade, saberão galhardamente "fazer a vida" ao envez de esperar que a vida os faça.

Havia uma imensa terra verde, um entrechoque monstruoso de sangues, de matéria humana... hibridismos raciais, riquezas de complexidade.

Um sôpro de vida impulsionou aquela exuberância de elementos dispersos em ritmo vitalizante de agregação... e já se vai forjando em extensíssimo laboratório geográfico, em crisol de muitas histórias, uma geração de claridade e frescura, elástica e inquebrantável como os jungos. Virginalmente fecundada de essências.

Geração de aço, pois sua consistência é a simplicidade, — geração de fogo, pois sua fôrça é o impulso das energias nucleares — um dia, essa geração falará ao mundo: sua voz terá o calor dos estios queimantes e a doçura do mel dos manacás... entoará para os homens velhos da Terra o canto guerreiro da Vida Heróica!

*

* *

Nos mais fundos recessos do Universo latejam sempre, surdamente, as forças de desagregação e de morte. O imperioso movimento de Criação é um eterno desafio à capacidade de luta dos seres. Ressoa um grito de alerta pelos espaços inter-estelares. Existir é a palma de uma conquista incessante. E os seres lutam sem trégua pela sua afirmação. Sucumbem corpos na conservação das espécies. Altera-se a matéria na fixação das formas. Cada berço cava o alicerce de uma sepultura, cada crepúsculo encerra a promessa de uma aurora. Combatem a Vida e a Morte a grande batalha do Cosmos... processo de misteriosa elaboração... E o homem também vem ao mundo com o instinto secreto da luta. No olhar das crianças chameja o impulso das arrancadas irresistíveis. Êsses pequeninos, quase ainda só de terra e de sangue, anseiam por aventuras cheias de perigo e de glória. Na indefinição de seu alvorecer, encerram todo o ímpeto de suas potencialidades totais... e arrojam-se combativos a viver por antecipação em seus brinquedos, epopéias e lances heróicos de tôda sorte. Ora são exploradores, audazes caçadores de féras, guerreiros denodados; ora missionários entre tríbus selvagens, senhores de fantásticos impérios. Nunca os atemo-

rizam obstáculos, confiam imperturbáveis no pleno êxito de suas façanhas.

Mais tarde, se lhes amortece o brilho do olhar. Descobrem a exiguidade do Espaço e do Tempo que os aprisionam. Aflige-se a banalidade de suas conquistas. Não cabem mais dentro da Vida que os asfixia, desencantam-se ante as perspectivas descoloridas que ela lhes oferece. Tão diferente fôra tudo que sonharam...

E amesquinhado o Ideal, desfeitas as visões maravilhosas da infância, perdem o gosto pela luta. Se tudo é relativo, busquemos o que fôr mais accessível. Deslizam pela corrente das comodidades, amargos e cínicos. Anquilozam-se progressivamente pela inação. Entorpecidos, deixam-se arrastar pelas forças implacáveis de destruição e de morte.

*

* *

Não mentem, porém, nem os impulsos ardentes das primaveras humanas, nem as sombrias revelações dos primeiros embates. As crianças conhecem os segredos das intuições profundas... E o heroismo é a vocação própria do homem. Mas, na esféra humana, a luta se desloca para a ordem moral e adquire um sentido trágico.

No início dos tempos batalhava o Cosmos. Batia surda e massiça a marcha em sentido de fatal unidade. Tudo era escuro.

Houve um estremecimento de gênese. Lampejou na treva uma centelha divina. Surgiu para o ser a alma humana.

Vinha marcada de predestinação aos extases supremos — estigmatisada de liberdade — rescendente de essência e de divino.

E a grande batalha começou. A que ressôa na Eternidade. A Batalha do Bem e do Mal.

Bem e Mal!... Dupla face do trágico e sublime e imortal destino humano!

À dignidade do Sêr Livre cabe a grande luta. Como tôdas as coisas criadas, o homem terá de dar testemunho do Criador. Fa-lo-á, porém, quer pela afirmação, quer pela negação. Nascido para o Absoluto, terá de escolher entre o relativo. E essa limitação lhe será dolorosa. Durante tôda a sua trajetória terrestre a sua vocação ao Infinito o perturbará. Aguilhão de Vida — que castiga na Terra.

Terá de traçar, assim, a sua feição definitiva incessantemente solicitado por fôrças contrárias. Será, na ordem moral, o árbitro supremo dos destinos da Criação. Filho de Deus, especialmente elaborado à Sua Imagem, é o escolhido do Céu para cooperar na Grande Obra...

Tal é a revelação misteriosa que encerram os pressentimentos juvenis. Nêles palpita o germe de nossa grandeza. E essa mesma grandeza é nossa tentação e a nossa perda. Impele-nos a torrente de nossa potencialidade virgem. Sentimo-nos grandes,

presentimo-nos imortais. Atraem-nos os combates, sobretudo pelo papel que nêles podemos desempenhar. Trabalhamos para nossa própria glória. Somos pequenos heróis, pequenos reis — cheios de vaidades.

É então que a vida nos ensina a lição do limite e da morte. Desfolham-se quando as tocamos, as rosas que colhemos. Diminui o mundo à medida que crescemos. Afigura-se-nos quixotesco o nosso heroismo. Tudo se perde na voragem do tempo. Ninguém nos compreende. Os homens são serezinhos pequeninos e egoistas que se roçam uns aos outros e se desconhecem. Tudo se vai envolvendo de uma densidade cinzenta de ceticismo...

Baixa o crepúsculo sôbre a nossa alma. É o resfriamento do coração, a póda das melhores energias.

Mas as grandes noites engendram as auroras luminosas... No desamparo de nossa solidão sentimos doidamente a ausência de uma Plenitude. O vácuo imenso de nossa vida é um apêlo ao Infinito... A revelação de nossa profunda miséria... impotentes, desorientados, aniquilados brota de nossa alma exangue um grito de desespero e de socorro!

... e então desvendam-se para nós os horizontes supremos das eternas consolações. Reconhecida e aceita a nossa inutilidade, aprendemos o segredo dos heroísmos invencíveis. Compreendemos que a

renúncia a si mesmo é o penhor da afirmação para sempre. Já não mais lutamos insensatos, para nossa própria glória; e sim para a Grande Causa! Lutamos pela honra de servir. Pouco importa a tarefa que nos cabe, o que importa é cumprí-la. Tudo é sublime no Resultado Absoluto.

Fixa-se, indelével, o nosso caráter. A Fé nos unifica, organiza, disciplina, abrindo-nos o horizonte das esperanças totais... identificando-nos a nós mesmos como se renascessemos — e êsse renascimento consciente trás tôda a frescura e a alegria das alvoradas. Agimos com a serenidade quente das convicções inabaláveis, profundas. Invencíveis pelo desprêso absoluto de nós mesmos nada mais nos demoverá. Caminharemos até à meta final sustentados pela Fôrça de Misteriosa Atração...

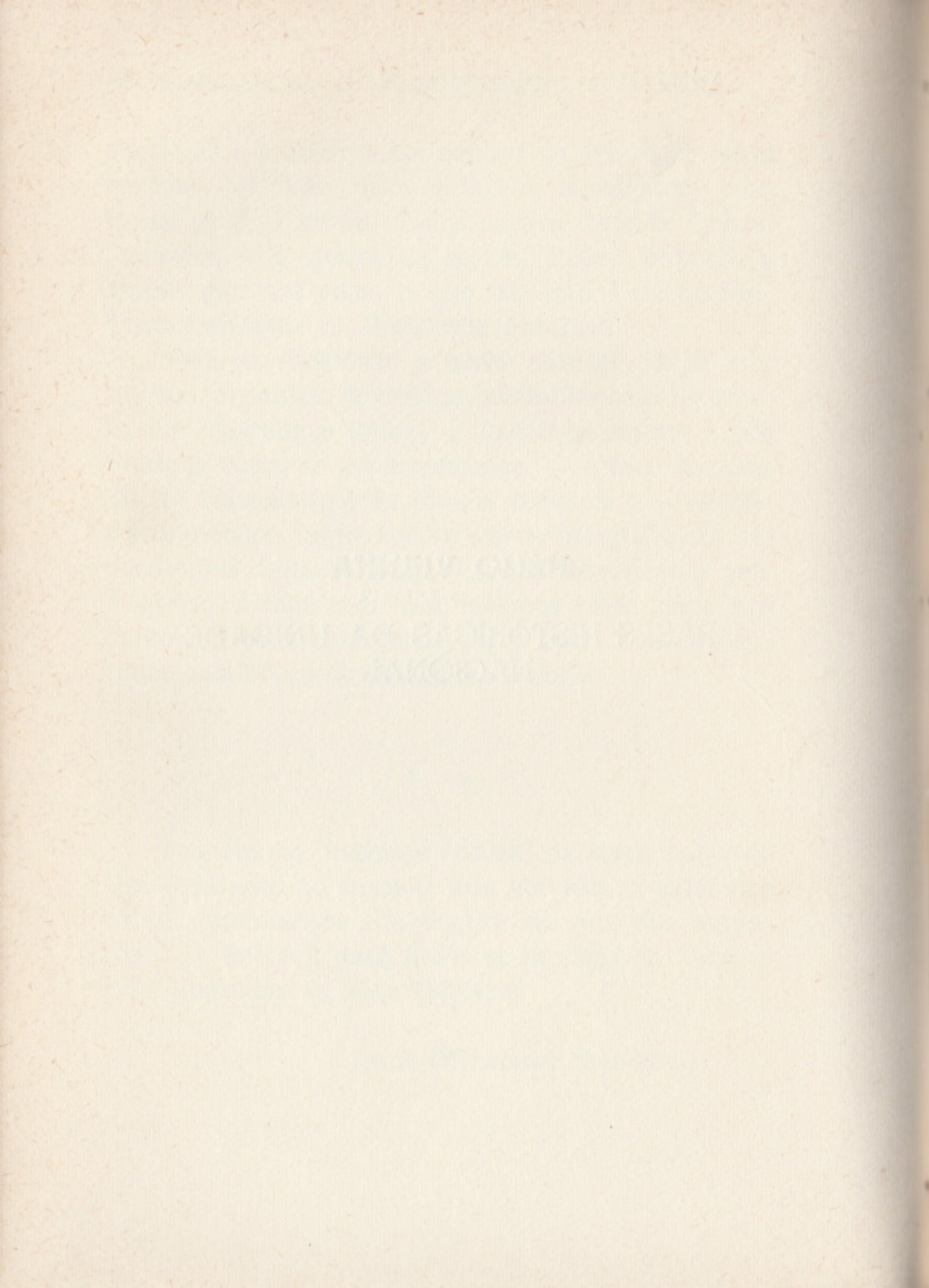
*

* *

Um dia, os "camisas verdes" da terra môça do Brasil falarão ao mundo: sua voz terá o calor dos estilos queimantes e a doçura do mel dos manacás... e entoará para todos os homens da Terra o hino guerreiro da Vida Heróica!

(in **A Offensiva**, 13-4-1935).

HÉLIO VIANNA

BASES HISTÓRICAS DA UNIDADE NACIONAL

PODEMOS datar do estabelecimento do govêrno geral a primeira manifestação dessa tendência política tão fortemente característica de tôda a História do Brasil, que é a nossa "vontade de formar uma nação". Aquêle ato do govêrno português para com a sua colônia em que não provara bem o sistema dispersivo das capitanias, hereditárias, significa mais que a simples necessidade de auxílio, comprovada pelos fatos dos anos anteriores a 1549. Traduz, antes, o advento da idéia mais sólida da centralização, dai por diante transformada em norma invariável da superior política imperial lusitana.

Alguns decenios depois, a conquista do Norte, da Paraíba ao Amazonas, de 1580 à 1639, foi resultado de uma obra difícil e tenaz, empreendida tanto por portuguêses e espanhois (que nem sempre tinham os postos de direção) como por baianos e pernambucanos, indígenas e mamelucos, todos filhos da nova terra, perfeitamente integrados no sentimento da sua extensão, influenciados, já, por êsse espírito nacional que não precisa de formais consagrações políticas para ir se evidenciando, agindo em sentido construtor e definitivo.

Confirmaram-se, durante as guerras holandêsas, a solidariedade e a união que antes vinham sendo observadas. Na invasão da Bahia, em 1624, os socorros de Mathias de Albuquerque, enviados de Pernambuco, antecederam proveitosamente o magnífico espetáculo da vitalidade ibérica que foi a "jornada dos Vassalos". E nas diversas fases da ocupação flamenga, da resistência à retirada de Mathias, do octenio nassoviano à gloriosa insurreição final, os auxílios das duas metrópoles sempre se aliaram às ajudas que já podemos dizer nacionais, os valentes pernambucanos tendo sempre a seu lado baianos, paraibanos, riograndenses do norte e mesmo os mais distantes paulistas.

Êstes últimos, ainda no século XVII e na própria região nordestina, depois dos esforços de pernambucanos e baianos, conquistaram o Piauí, venceram indígenas e negros rebelados, para tanto sido especialmente contratados, graças ao renome que haviam conseguido obter, com suas anteriores ações dilatoras ao Sul, quando durante o ciclo da caça ao índio, duramente souberam conquistar Guayrá, Véra, Uruguay e Tapê, integrando no nosso território o oeste do Paraná e de Santa Catarina, o sul de Mato Grosso, o noroeste e o centro do Rio Grande do Sul.

Também o ciclo da criação de gado constituiu outro importante fator de união, fixando populações pela região central do país. Da Bahia ao Mara-

nhão e a Minas (pelo rio São Francisco e pelo "caminho dos currais"), de Pernambuco ao Ceará e Piauí (Borborema, Cariris, Rodelas, etc.), por todo êsse imenso interior sertanejo houve comunicações utilíssimas à unidade nacional. A uniformidade econômica condicionou similitudes tanto de hábitos como de caractéres, acaboclando definitivamente uma grande massa da população brasileira.

Enquanto isto se dava numa extensão considerável do nosso território, do norte de Minas ao interior do Maranhão, com passagem em forma de arco por todo o Nordeste, da Bahia ao Piauí, — também em outra grande zona a ação dos paulistas e, em seguida, também, de portuguêses, estava incorporando à unidade nacional, por intermédio de outro elemento econômico, a mineração, a região do ciclo do ouro e das pedras, a larga faixa dos centros de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. E de Minas passando-se à Bahia (pelo rio São Francisco e pelo também já citado "caminho dos currais"), de Goiás passando-se ao Pará (pelos rios Tocantins e Araguaia), de Mato Grosso passando-se ao Amazonas (pelos rios Guaporé e Madeira), estava completada a conformação geográfica que seria sempre a nossa, ligado o Centro ao norte do País.

Conseguida nessa maior parte do Brasil a sua continuidade territorial, obra, como vimos, da comprovada conjugação dos esforços empreendidos tanto por todos os brasileiros como pelos portuguêses

(e mesmo por alguns milhares de espanhóis) que aqui se integraram, também pode ser registrado que no Sul, depois de ação dos conquistadores paulistas de Guayrá, Véra, Uruguay e Tapê, a mesma solidariedade geral foi observada, quando aí se deram diversos ataques litorâneos de piratas e corsários e quando aí se iniciaram nossas primeiras guerras oficiais, que do período colonial passaram ao Império.

Pois, a gloriosa história sempre militar da Colônia do Sacramento foi escrita com sangue de soldados portuguêses, de recrutas mineiros, cariocas e paulistas, e de riograndenses, êstes pouco antes aparecidos na nossa existência e destinados a marcá-los com a originalidade de sua participação nas lutas seguintes.

A unidade nacional, que a regência de D. João e o estabelecimento do Reino Unido vieram ratificar pollticamente, estava rudemente comprometida com a situação de fato em que se encontrou o govêrno Imperial de D. Pedro, logo depois de sua revolucionária instauração. Simples governador do Rio de Janeiro, tendo tido de solicitar o apôio, que não foi fàcilmente obtido, das capitanias de São Paulo e das Minas Gerais, na expectativa de ter de enfrentar tropas e esquadras portuguêsas existentes no Sul e no Norte, — as dificuldades dessa posição sòmente se resolveram com os fatos de ser o Imperador também o Príncipe Real herdeiro do

trono português e de ter podido José Bonifácio organizar a verdadeira segunda conquista do Norte que foi a expedição marítima de Lord Cochrane. Ao lado disto, porém, o sentimento nacional culminou na restauração da Bahia, em 1823, e nas lutas libertadoras do interior do Ceará, do Piauí e do Maranhão, que facilitaram a ação integradora do litoral de Pernambuco ao Pará.

Passado êste momento crítico de projeções muito maiores que os acontecimentos anteriores de 1817, e os posteriores, de 1824 e de 1835-45, apenas aparentemente separatistas, — deve ser notado como a unidade nacional ficou perfeitamente assegurada com o centralismo consagrado na Constituição imperial de 1824. As imprudências quase federalistas que conseguiram ser inscritas no Ato Adicional, de 1834, foram convenientemente corrigidas pela Lei de Interpretação, de 1840, que se deve ao genio político de Bernardo de Vasconcellos. E assim pôde o Segundo Reinado, por todo o meio século de sua duração, manter intangível o princípio unionista, através da designação direta dos presidentes das províncias, da vitaliciedade do Senado e das diretrizes nunca regionalistas do Conselho de Estado e do Poder Moderador. A idéia federalista não podia ter, portanto, quaisquer fundamentos mais sólidos, sendo, como era, um simples artigo de importação, destituido de ligação com os nossos antecedentes históricos.

Com a proclamação da República o sistema federativo implantado de repente começou logo a atacar a unidade nacional através das facilitações que condicionaram, a princípio, os arbitrários governos militares, em seguida a "política dos governadores", aquêles com seus processos primários de excessivas violências, êstes pelos torpes mecanismos das sucessões e das intervenções, uns e outros grandemente prejudiciais à unidade nacional.

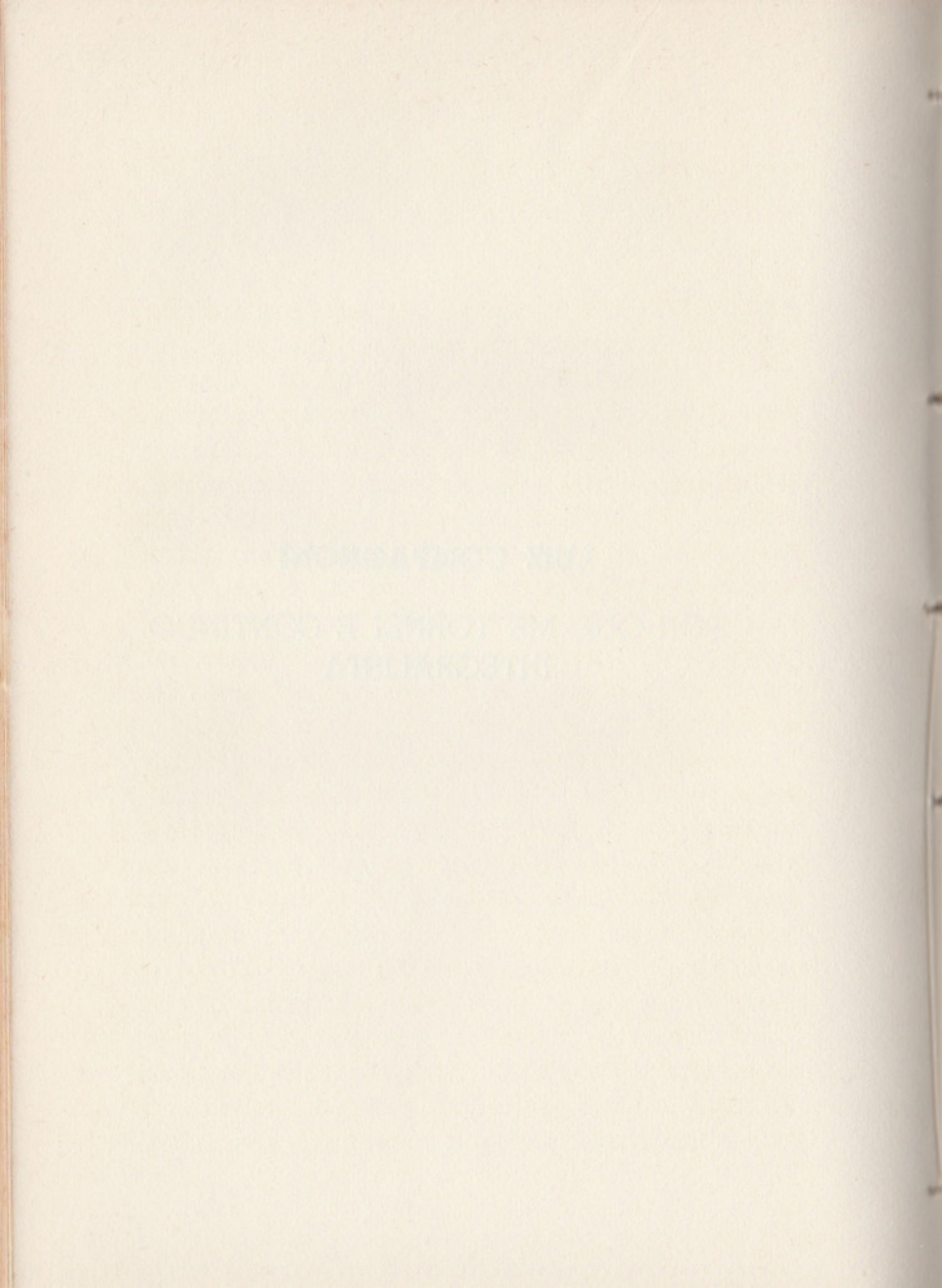
Passando de largo por todo êsse período republicano de 1889 à 1930, fértil em indícios de fermentações separatistas, resultados da má política federal que tantas insatisfações provinciais sabe gerar, — convém assinalar como inopinadamente se voltou ao regime contralizado, com a vitória da rebelião de outubro. Unificado o país pela transformação geral que o movimento armado provocou, seria ingenuidade afirmar que sòmente benefícios produziram as mutações havidas no sistema governamental das províncias. A desmoralização natural das interventorias invalidou as vantagens que a estreita sujeição ao govêrno central poderia representar, êste mesmo flutuando entre as mais contraditórias tendências e orientações.

Tendo subsistido até a Constituição de 1934, atacado por esta e pelas subseqüentes constituiçõesinhas provinciais, o princípio unitário está novamente sofrendo os maus efeitos do regime, tenazmente se refazendo a dispersão estadualista que é

tão inconveniente aos interêsses nacionais. E conquanto a "política dos governadores" ainda não tenha retomado tôda a sua anterior importância, é de se prever que nesse sentido sejam as suas atuais aspirações, como de costume traduzindo apenas interêsses parciais, nunca os da totalidade brasileira, que ela não representa, de modo algum. Mas contra isto, contra essa situação do progressivo ataque à unidade nacional, é que justamente se levantou o Integralismo, única fôrça capaz de restaurar, em tôda a sua plenitude, o patriotismo no Brasil.

(in **Panorama,** n.° 8).

LUIZ COMPAGNONI

POR QUE ME TORNEI E CONTINUO INTEGRALISTA

TORNEI-ME integralista levado, inicialmente, por motivos religiosos.

Em 1932, quando foi fundado o Integralismo Brasileiro, colaborava eu com outros môços na tarefa de fundação da Juventude Católica e, também, na dos Círculos Operários, n'uma oficina gráfica. Foi então que apereceu o Padre Leopoldo Brentano, S. J. — e estive com êle e com outros operários no salão térreo da Casa Canônica de Caxias, quando foi fundado o C. O. Caxiense. Para a fundação da Juventude Católica, tanto masculina como feminina, auxiliei o Engenheiro Valério Alberton, que depois se ordenou sacerdote jesuita.

Antes de 1932, meu ardor na defesa da Igreja já me havia levado à barra de um Tribunal, por defender o vigário de minha Paróquia, o hoje Monsenhor João Meneguzzi, de injúrias que contra êle um desconhecido havia assacado. Fui absolvido, em primeira instância, porque era de menor idade, e, na instância seguinte, por reconhecer o Juiz que não havia escrito eu com "animus injúriandi".

A palavra de ordem da Igreja, então como hoje, era a mesma: levar Cristo à sociedade, à política, às oficinas. Palavra de ordem reiterada, repetida a todo o instante: Cristo não deve ficar, apenas, no

sacrário ou nas almas santas, mas deve ser integrado na vida de todos, dos que estão fora da Igreja, dos que, precisamente, mais necessitam d'Êle.

Vivia-se, então, uma época em que os políticos eram essencial e pràticamente indiferentes ao problema religioso, agnósticos ou ateus. A política seguia a linha tradicional republicana-positivista, indiferente, para não dizer hostil, aos reclamos da Igreja. A Constituição de 1891, derrubada pela Revolução de 1930, havia formado uma geração de políticos que ainda pontificava, banindo o nome de Deus e os ensinamentos do Evangelho de qualquer raciocínio político partidário-administrativo. Era a escola política de Julio de Castilhos e Borges de Medeiros que ministrava suas lições aos políticos dominantes. Se havia algum sacerdote, nos Parlamentos ou na administração, constituia uma exceção e uma concessão dos que verdadeiramente comandavam os cordéis dos bastidores políticos ou administrativos. — Nunca, porém, a admissão de que Deus deveria ser admitido na conversa dos políticos. E, além disso, o comunismo ampliando cada vez mais seu raio de ação.

*

* *

Foi então a juventude religiosa daquela época sacudida por um manifesto político, que iniciava de seus princípios com a seguinte afirmação:

"DEUS DIRIGE O DESTINO DOS POVOS". Era o começo do Integralismo.

Êste manifesto encheu da mais pura alegria todos aquêles jovens que formavam nas fileiras das Juventudes Católicas, dos Círculos Operários Católicos, das Congregações Marianas.

Era a primeira vez que, num documento político, se falava em Deus e, mais ainda, se o colocava no seu pórtico, como fundamento de todo o enunciado que se lhe seguia. E se falava nas tradições cristãs do Brasil e na Família que devia ser indissolúvel e na luta contra o comunismo e que se declarava partidário da moral religiosa e que se levantava contra a imoralidade dos costumes e que dizia que o Homem valia pelos sacrifícios que fazia e pelas virtudes que praticava.

*
* *

Passou-se o ano de 1932. No ano seguinte, já cursando o Ginásio do Carmo, de Caxias do Sul, a mocidade estudiosa entremeava seus estudos e suas práticas desportivas com discussões políticas. E verificava-se sempre que os môços não religiosos eram contrários ao Integralismo: preferiam permanecer nos partidos tradicionais, Republicano e Libertador, porque êstes eram indiferentes ao problema da existência de Deus e do destino sobrenatural do Homem.

No início de 1934, veio me procurar um grupo de amigos, convidando-me para que eu saudasse dois oradores integralistas que, vindos de Pôrto Alegre, estavam em Caxias do Sul para ajudar ao primeiro integralista caxiense, o Vereador Humberto Bassanesi, a organizar o Núcleo Municipal da Ação Integralista Brasileira.

Desde então, sempre estive ao lado de Bassanesi, cooperando com êle em sua patriótica iniciativa, destinada a produzir uma soma incalculável de bem no seio da sociedade local.

*

* *

Durante quase quatro anos, dos primeiros meses de 1934 até o encerramento das atividades da A. I. B. em fins de 1937, o trabalho dos integralistas caxienses foi realmente notável. Os princípios do "Manifesto de Outubro" foram pregados em comícios, em conferências, em pequenos e grandes recintos, na cidade e no interior. Já nas eleições municipais de 1935, os integralistas elegiam 3 vereadores, sôbre 7 de que se compunha a Câmara Municipal. Foi fundado o semanário "O Bandeirante", ministradas aulas de alfabetisação para operários na sede do Núcleo Municipal, organizados times de futebol e de basquete, que disputaram inúmeras partidas e excursionaram, iniciada a formação de uma bibliotéca.

Presenciaram-se, èntão, os mais belos gestos de desprendimento pessoal — como aquêle do saudoso companheiro José Dallabília, impulsionando a máquina manual de impressão de "O Bandeirante", à noite, em período de descanço das labutas diárias, como operário que era.

O Integralista, era questão de honra, devia ser o primeiro no trabalho, na Família, nos estudos, no cumprimento de todos os deveres.

O Integralismo, naqueles quatro anos, deu uma demonstração, no campo restrito de um município do interior, do que seria para a grandeza do Brasil, se tivesse conseguido convencer todos os brasileiros da execelência de seus princípios e de seus propósitos.

Infelizmente, porém, como todos sabem, tal não se deu, pois a A. I. B. foi fechada.

E o contraste — contraste tenebroso — deveria surgir em 1938, com a perseguição aos integralistas. Foi então que começaram a pontificar, na cidade, elementos comunistas, cripto-comunistas e pansexualistas freudianos, ridicularizando os integralistas e tudo o que êstes haviam ensinado e praticado.

É fácil imaginar o que sucedeu à mocidade posterior ao fechamento da Ação Integralista Brasileira. Enquanto que, para os integralistas, a prática das virtudes, dos deveres e de sacrifícios, constituia objetivo superior, que deveria ser alcançado,

para aperfeiçoamento próprio e para exemplo às novas gerações — para os comunistas, criptos e freudianos tudo isso era bobagem. Era, em última instância, a luta entre o Espiritualismo e o Materialismo. Perseguidos, aprisionados, ridicularizados os integralistas — seus inimigos encontraram o campo aberto para que sua ação deletéria e subversiva tivesse êxito no sêio da mocidade em pleno período de formação da própria personalidade.

Tive ocasião de presenciar o desespero de uma mãe de família com seu filho mais môço: enquanto o mais velho, integralista, era amigo de seus pais e de seus parentes, o mais môço, influenciado pelos inimigos do Integralismo, vivia fora do aconchêgo do lar, indiferente aos ensinamentos cristãos, com a cabeça cheia de idéias extranhas e incompatíveis com a dignidade do Lar.

Quanto môço se perdeu para o que é Belo, para o que vem de Deus, para o que ensina o Evangelho, em minha cidade, no período da perseguição aos integralistas!

E quanto môço deve ter se perdido, em tôda a vastidão do território nacional, naquele mesmo período e pela mesma razão!

*

* *

Mas, logo depois do início de minha ação integralista, passei sempre a observar o comportamento

da alta direção do Integralismo e de seu Chefe Plínio Salgado, para verificar se as razões religiosas que me haviam conduzido ao Sigma, não estavam sendo fraudadas ou desviadas de suas finalidades iniciais.

E, então, com o passar do tempo, minha integração na Doutrina Política de Plínio Salgado foi se robustecendo e se confirmando.

Vieram as declarações de Tristão de Athaide, chefe do laicato católico brasileiro, tôdas favoráveis ao Integralismo. Vieram, também, aquelas de membros de Episcopado Nacional, consagrando o novo movimento.

E vieram, também, solenes e não admitindo dúvidas, as de Plínio Salgado, em várias ocasiões.

Surgiu a famosa "Carta de Natal e de Fim de Ano", de 1935, na qual, o Chefe do Integralismo, depois de combater as loucuras do Hitlerismo (numa época em que os políticos liberais o endeusavam), traçava, de maneira magistral, os limites "entre o Reino de Cristo e o reino de Cezar", dizendo:

— "Neste dia de Natal, volto-me para o Cristo, cuja lição resplandece nas páginas de sua Vida. Volto-me para a única "fonte de água viva", para a "luz do mundo", para Aquêle que, vivendo como um Deus a vida que só um Deus pode viver, ensinou aos homens a vida dos homens e deu-lhes o senso profundo de harmonia de que, nós, homens do século

XX, nos temos afastado por que de há muito perdemos o conceito exato, linear, perfeito, da personalidade humana".

Veio, depois, a estupenda peroração de Plínio Salgado, no discurso de 12 de junho de 1937:

" E é por isso que, neste momento, eu quero fazer-vos a profissão pública da minha fé:

"Eu creio em Deus Eterno; creio na Alma Imortal; creio no poder optativo, deliberativo da Alma Humana e na sua capacidade de interferência nos fatos históricos, levantando as multidões e conduzindo-as. Creio em Cristo e na Luz que d'Êle desce. Creio que aquêles que O invocam, que Lhe suplicam inspiração, que Lhe requerem humildemente sabedoria, fôrça, esperança, escutam as harpas misteriosas dos Arcanjos que despertaram um dia os homens simples e de boa vontade para que louvassem o Senhor".

"Por Cristo me levantei, por Cristo quero um grande Brasil; por Cristo ensino a doutrina da solidariedade humana e da harmonia social; por Cristo luto; por Cristo vos conclamo; por Cristo vos conduzo; por Cristo batalharei".

*
* *

Estas afirmações constantes e reiteradas de Plínio Salgado, atestavam não estar eu enganado

nos motivos religiosos que me haviam conduzido ao Integralismo. Pelo contrário, estavam êles confirmados plenamente.

Depois de 1937, com os integralistas perseguidos e como Plínio exilado, perguntava-me sempre eu se aquelas altas razões religiosas não sofreriam um colapso no Fundador do Integralismo, se aquêles discursos todos não teriam sido apenas um expediente para comover a alma religiosa do povo brasileiro, para atrai-lo a objetivos mèramente político-partidários.

Foi então, em 1942, que surgiu a sua monumental **Vida de Jesus** — da qual diria o Cardeal Cerejeira, Patriarca de Lisboa: "É a mais bela de quantas tenho lido — escrita com o coração, com a alma e com a inteligência". E o famoso e saudoso jesuita Padre Leonel Franca proclamaria: "Esta obra está fadada a se transformar na joia de uma literatura".

As obras de Plínio Salgado, escritas em Portugal, **Vida de Jesus, Primeiro Cristo, Aliança do Sim e do Não, Madrugada do Espírito, A Mulher do Século XX,** e sua consagração nos meios católicos portuguêses, deram-me a certeza de que não me havia enganado, em 1934, quando o impulso religioso me havia levado ao Integralismo.

E, desde então, compreendi, de maneira integral, a transcendência da obra de Fundador do Integralismo: mais do que uma Doutrina Política, preconisando uma nova forma de Democracia, a

Democracia da representação dos grupos profissionais, culturais e econômicos, de caráter corporativo — o Integralismo era e é a aplicação dos ensinamentos do Evangelho, não só à Política, mas a tôda a vida social e humana. Era e é o Cristianismo aplicado a todo o convívio humano, nacional e universal.

O que Plínio Salgado queria e quer, desde 1932, era o mesmo que iriam querer, posteriormente, nos Estados Unidos, Fulton Sheen, e, na França, Jacques Maritain, êste sem o êrro de sua "mão extendida" para com os comunistas.

O que políticos da Europa compreenderam sòmente depois de uma guerra horrorosa, que durou quase sete anos, e alguns daqui sòmente estão percebendo agora, Plínio Salgado sempre ensinou e lutou e sofreu, desde 1932: uma Democracia baseada nos ensinamentos de Cristo: A Democracia Cristã!

*

* *

Mas, para que êste depoimento seja completo, faz-se necessário que analisemos um outro período do Integralismo e da obra de seu fundador: o que se refere à parte que se inicia com a volta do exílio de Plínio Salgado, em 1946.

Pois bem, se, de 1932 a 1937, com a A.I.B. em atividade; se, de 1938 a 1945, com o Chefe do Inte-

gralismo exilado, Plínio Salgado manteve-se sempre o mesmo para mim — o período que se inicia em 1946 até os dias presentes nada mais é do que a continuidade perfeita dos períodos anteriores.

Um fato sòmente bastaria para confirmar o que digo: a participação vitoriosa de Plínio nas "Conversações Católicas Internacionais", realizadas em 1948, na cidade espanhola de San Sebastian, quando, à convite de D. Ballester Nietto, falecido como Arcebispo de Santiago de Compostela, a elas compareceu e foi o autor do Projeto de Declaração dos Direitos e Deveres do Homem, redigido segundo a doutrina da Igreja.

Estas "Conversações" reuniram o que existe de alto no pensamento católico do mundo inteiro e o objetivo principal era traduzir o pensamento da Igreja para ser oferecido oficialmente à Organisação das Nações Unidas (ONU), no trabalho que esta estava elaborando, visando dar ao mundo uma nova Carta dos Direitos e dos Deveres do Homem.

Quando Plínio Salgado chegou ao plenário das "Conversações", encontrou, redigido por uma subcomissão de que fazia parte um professor de teologia de um Seminário espanhol, um artigo definindo o Homem, no qual nem se mencionava o nome de Deus.

Reagiu Plínio, dizendo que "havia atravessado um oceano para tomar parte numa reunião de católicos e confessar com tôdas as forças da alma o

nome de Cristo e o acatamento a doutrina de sua Igreja, e entretanto via sair uma Declaração que parecia escrita por Rousseau, pelo naturalismo, pelo positivismo, pelo agnosticismo do nosso tempo".

Responderam que o que estava sendo redigido era uma declaração que pudesse ser aceita pela ONU — ao que Plínio respondeu, dizendo que não interessava a opinião da ONU, mas sim a aprovação de S. Santidade o Papa.

E foi assim que o substitutivo redigido por Plínio Salgado, foi aprovado pelas "Conversações", e cujo artigo 1.° traduz o conceito do Homem feito de acôrdo com a Doutrina e a Tradição de Igreja:

"Art. 1.° — O Homem é um ser feito à imagem e semelhança de Deus, seu Criador, possuindo alma espiritual e imortal, dotada de inteligência e vontade livre".

Para um católico não poderia haver maior satisfação do que esta de ver o chefe de seu partido triunfar n'uma reunião que congregou o que existe de mais eminente no pensamento católico de todo o mundo, e vê-lo, precisamente, liderar a tôdas estas eminências.

Para mim, isso significava, mais uma vez, o acêrto dos motivos religiosos que me haviam tornado integralista.

*

* *

Os livros de Plínio Salgado **Mensagem às Pedras do Deserto** e **Reconstrução do Homem,** publicados nos dias presentes, completam, de maneira definitiva, minha constatação sôbre a obra do Integralismo.

E não poderia ser de outra forma, porque o Chefe do Integralismo nunca mudou. Desde 1932 até hoje, depois de mais de um quarto de século de lutas por Deus, pela Pátria e pela Família, os seguidores de Plínio Salgado podem agradecer a Deus a ventura de lhes ter dado um Chefe sempre coerente, cuja vida de sacrifícios e de renúncias constitui um paradigma para todos quantos querem servir desinteressadamente a Deus e à Pátria.

Sim, em 1934, poderíamos nos ter enganado, quando nos fizemos integralista. Poderia ter sucedido o que tem ocorrido com tantos idealistas, que, depois de um certo tempo, verificam que aquêle a que escolheram para lider, não possue as qualidades necessárias à manutenção dêste alto posto.

Continuo ao lado de Plínio, porque sua Doutrina Política será a salvação do Brasil. Mas independentemente dêste fato, mesmo se êle, para desgraça do Brasil, não vencesse polìticamente, continuo ao seu lado, sob seu comando, porque estou convencido de que, se sua obra fôr conhecida por todos os brasileiros, haverá um aumento de espiritualidade, de espírito cristão, de nosso povo — e um

povo, quanto mais vive para as coisas do espírito, mais feliz êle será.

Há os que não compreendem a Plínio e o julgam um político comum, dêstes que objetivam apenas posições político-partidárias. Não. Plínio Salgado é, acima de tudo, um apóstolo leigo do Evangelho de Cristo. Sua ação poltica sempre foi feita com o objetivo de formar uma Grande Nação Cristã, para transformar o Brasil n'um instrumento de cristianisação de tôdas as Nações do Universo. Êste seu pensamento está claro no livro **Reconstrução do Homem**, quando êle dá o exemplo de Portugal quinhentista, que, Nação pequena sob o ponto de vista populacional, levou a Fé Cristã a espaços geográficos centenas de vêzes maiores que seu próprio território.

Se Plínio fôsse um medíocre, como o comum de nossos políticos, poderia viver uma vida de "êxitos" momentâneos, dêstes que agradam às igrejolas políticas e literárias e repercutem no noticiário diário dos jornalões e são tidos como triunfos para os basbaques que se orientam pelo noticiário encomendado e pago da imprensa.

Mas, não. O quilate de Plínio é de ouro puro, maciço, alteandose do terra-a-terra quotidiano do comum de nossos políticos. Sua vida êle a está consumindo, martir das incompreensões, das injustiças e da ação dos que querem mediocrisá-lo. Se êle faz política, é porque a política é um dos instrumentos

de sua ação integral. Êle repete sempre: "a política é uma de minhas cruzes".

*
* *

Agradeço a Deus ter Êle permitido que eu me tornasse integralista.

Minha consciência está tranqüila, inteiramente tranqüila, dizendo-me que, em 1934, escolhi o melhor para cumprir o dever que todo o cidadão têm de fazer política, colaborando para a formação de bons governos. E está tranqüila sobretudo diante do problema do avanço do comunismo, avanço terrível, constante, verdadeiro anti-Cristo do século XX, — porque, hoje podemos proclamá-lo, alto e bom som, se a Doutrina Integralista de Plínio Salgado já tivesse vencido, não estaria a Nação, agora, a se debater corroida pelo câncer vermelho e por tôda esta onda de anti-cristianismo, de imoralidade, de corrupção, de divorcismo, que se abate sôbre ela, infiltrada na imprensa, no rádio, na literatura, nos costumes, abalando as mais sagradas tradições da Pátria.

Depois de 25 anos de lutas, de sacrifícios, de prisões, de incompreensões, minha consciência está tranqüila.

Posso, hoje, repetir, como ha um quarto de século atrás:

"O Integralista é o soldado de Deus e da Pátria, Homem Novo que está construindo uma Grande Nação".

Que Deus não nos dê triunfos políticos ou pessoais, mas que continue a inspirar nosso Chefe Nacional em sua retilínea tragetória neste mundo e que nos faça sempre dignos do seu sacrifício.

E que Deus também suscite no coração e na alma de todos os Brasileiros compreensão para com a vida e a obra de Plínio Salgado, e, todos unidos, possamos formar a Grande Nação Cristã e, depois, torná-la instrumento de Cristianisação de tôdas as Nações do Universo.

JOSÉ GARRIDO TORRES

CONCEPÇÃO INTEGRAL DA ECONOMIA

"Tal seja para nós o homem
tais serão as normas da Economia."
Limongi

UMA nova concepção da Economia implica necessàriamente em uma nova concepção da filosofia. A primeira decorre da segunda, pois, se quizermos investigar a razão de ser das diferentes escolas ou doutrinas econômicas, é na orientação filosófica dos seus fundadores que iremos encontrar a causa esclarecedora da existência das mesmas. E é na maneira de conceber o homem, que, em última análise, vamos achar, por vêzes, a causa da profunda divergência das escolas. O homem é o pivot em tôrno do qual giram as doutrinas econômicas, ou, a concepção do homem é a pedra fundamental de tôda doutrina econômica. "E assim, diz Amoroso Lima, é capital que, para possuirmos uma economia sã tenhamos uma concepção justa do homem".

Entre as duas doutrinas do determinismo econômico e do intervencionismo estatal, tem vivido a Economia Política a sua intensa e breve história. Fisiocracia e Socialismo são os dois extremos entre os quais tem balançado o pêndulo doutrinário.

Aparecendo com o alvorecer da Idade Burguêsa, a Economia Política teve o seu nascimento assistido pela Enciclopédia e recebeu, na pia batismal, a água herética de ideologia revolucionária de 89.

Adam Smith, o "filósofo perplexo", como o chamou Paul Gnio, foi o seu pai. A recemnascida teve, entretanto, a amparar-lhe a inteligência, outros pais espirituais e mentores: Ricardo, Say, Turgot, etc...

Tendo vivido uma vida feliz e despreocupada, na sua infância, chegou à juventude e sentiu, então, que a existência tornava-se-lhe difícil. Um maior senso de realidades e responsabilidades foi fazendo com que a adolescente se tornasse mais pensativa, mais preocupada e mais inquieta pelo futuro.

Compreendeu que não poderia levar mais aquela existência livre e imprevidente do **laissez faire, laissez passer**. Na ânsia de achar uma solução imediata para a sua situação aflitiva irritou-se com as dificuldades encontradas e qual um dêsses indivíduos, que tendo tido contacto com o trabalho, isto é, vivendo burguezmente, aceitou imediatamente a primeira solução que lhe alvitraram e que a punha a coberto de qualquer esfôrço, para viver paternalmente protegida pelo Estado. Aceitou a solução socialista.

Por muito tempo a Economia esperou, sofrendo, que o Socialismo viesse livrá-la, iludida pelas suas

promessas falazes e obedecendo às injunções que despòticamente êle lhe traçara.

Mas, afinal, cansou. Cansou de esperar e de obedecer. O seu sofrimento, acrescido da falta de liberdade e do maior discernimento que foi adquirido pela fôrça da idade, fêz-lhe ver que estava iludida por um charlatão que lhe mostrava uma face da verdade e que, se, todavia, não poderia prescindir do auxílio do Estado, fazia-se necessário que não descarregasse tôda a sua tarefa sôbre êste, nem dêle esperasse tudo, mesmo porque, a sua inanidade acarretaria, além da sua escravização passiva, o seu definhamento e conseqüente morte como ciência. Ciosa da sua importância, resolveu procurar, por si própria, regularizar a sua vida. Resolveu estudar. Viu que, como a Filosofia e o Direito, tudo evoluiria, e deliberou atualizar-se, acompanhando o ritmo da marcha do mundo. Viu que no século XX já não havia mais lugar para um reinado despótico do determinismo ou do livre-arbítrio. Que tão pouco a matéria, como o Espírito, poderiam governar, excluindo-se mùtuamente. Que vivemos uma época eminentemente democrata, em que todos são chamados a colaborar e ninguém abre mão dos seus direitos. Aristocratas, burgueses e proletários, cooperam todos para uma mesma obra. Percebeu que o espírito da éra é de cooperação e que todos são solicitados a entrar com o coeficiente da sua boa-vontade e capacidade para maior perfeição,

de uma obra comum: o patrimônio da Humanidade. Compreendeu que qualquer exclusivismo seria odioso e anormal. Que Estado aristocrata, burguês ou proletário "são formas patológicas do Estado". E que o progresso científico e filosófico dos tempos modernos indica uma grande e adiantada concepção integral do Estado — o Estado ético. Estado que se coloca acima das classes, num plano superior que lhe permite uma visão panorâmica da vida social, promovendo o progresso, o bem-estar, realizando a justiça social e a harmonia de todos os cidadãos.

Compreendeu a Economia que tinha vivido entre duas concepções unilaterais e errôneas da vida, do universo e do homem. Que se impunha um reajustamento de valores. Uma conciliação do determinismo como o livre arbítrio. Uma identificação, por assim dizer, do intervencionismo do Estado com o naturalismo das leis. E viu que era possível realizar o equilíbrio ambicionado.

E teve então a concepção integral da Economia.

Já não distinguiu mais, sòmente, as partes, mas vislumbrava o todo. Compreendeu o homem, como animal e como espírito. Compreendeu o homem, como Homem.

Fazendo uma revisão rigorosamente científica, a Economia estigmatizou a fisiocracia e o socialismo, como extremismos econômicos e caminhou, firmemente, para a sua integralização. E abandonou os seus antigos apelidos de liberal e socialista, para

adotar um outro mais de acôrdo com a sua nova mentalidade. Adotou o nome de Economia Integral.

Muitos e variados teem sido os modos de conceber a Economia. Embora só tenha aparecido como ciência no século XVIII, já na antiguidade clássica Sócrates e Aristóteles se ocupavam dos princípios fundamentais da Economia.

Aristóteles foi defensor da propriedade privada, e, centenas de anos antes de Adam Smith, fêz a distinção entre valor de uso e valor de troca, prevendo, também, profèticamente, a mecanização do trabalho pela técnica.

Macled reconheceu como o mais antigo tratado de Economia, o Eryxias, que nada mais é que um diálogo travado entre êsse inimigo da escrita, que foi Sócrates e um seu discípulo que atendia por aquêle nome, e em que opiniões foram externadas sôbre as riquezas imateriais que muitos séculos depois, isto é, no século XIX, seriam proclamadas como verdadeiras.

O alemão Roscher, da escola histórica e professor da afamada universidade de Goettingue, da Prússia, escreveu que foi nos escritos históricos de Tucídides, que mais fartos conhecimentos adquiriu sôbre a ciência econômica. Note-se que o grego morreu no ano 395 antes da éra cristã. O fato é digno de admiração. Mais de 2.000 anos distanciam as vidas do alemão e do grego. E a verdade é que,

"se um tratadista como êsse pôde pronunciar-se de tal maneira, é porque, de fato, em matéria de Economia, alguma coisa há que aprender em escritores antigos, principalmente naqueles que, segundo acentua o mesmo Roscher, não cometeram o êrro de antepôr a riqueza ao homem, nem se deixaram arrastar pelo hábito, que depois prevaleceu, de separar conceitos indissolúveis".

Também os romanos legaram à Economia moderna o conceito de propriedade, assim como os canonistas da Idade Média elaboraram a doutrina do justo preço, baseada no custo da produção. Nem deve passar despercebido o fenômeno corporativista medieval, cuja adaptação ao mundo moderno tanta agitação tem provocado.

Com a Renascença, começa o cíclo das navegações e novos mundos são dados ao mundo. Criam-se na Holanda, na França, na Inglaterra, na Suécia, na Dinamarca e em Portugal, as poderosas companhias de comércio, de escopo econômico e político, que, conquistando as colônias estrangeiras para o domínio das respectivas coroas, lhes assegurassem seus mercados para seu comércio monopolizador.

Tendo surgido, primeiramente, na Holanda, amparadas pelo govêrno e por iniciativa dos judeus expulsos da península ibérica, que puzeram o seu ouro a serviço da empresa e da destruição do império hispano-luso, logo as companhias se multiplica-

ram pelas diversas nações da Europa, oriundas da ganância sem freios.

As novas terras encontradas, da América, da Oceania, da África, assim como o domínio das Índias, possibilitado pela descoberta da sua rota marítima, por Vasco da Gama, foram disputadas a ferro e fogo pelas potências européias de então. A Holanda chegou a tal ponto, que no século XVII não passava de "um Estado que era apenas uma companhia mercantil" ou antes "um Estado constituido em companhias de piratas", no dizer de Oliveira Martins.

Afinal, a Inglaterra, entrando em guerra com a Holanda, devido ao "Act of Navigation" de Cromwell, e tirando partido do estado de coisas provocado pelas guerras de sucessão de Hespanha, e do "Pacto de Família", e coadjuvada pela Companhia das Índias, conquistou o seu grande império colonial.

Entretanto, não parou ai a ação de açambarcamento do mundo pelo pançudo e cachimbeiro John Bull. Tôdas aquelas conquistas anteriores não bastaram à sua cupidez, e Basílio de Magalhães nos pinta êste belo quadro: "Tendo também conquistado Portugal econômicamente pelo tratado de Methuen (1703), tanto que o ouro do Brasil entrou mais nos cofres britânicos do que nos lusitanos; tendo concorrido para a decadência da Espanha; tendo, enfim, enfraquecido a Holanda e a França: a Ingla-

terra, desde o tratado de Paris de 1763, tornou-se, sem contestação, a primeira potência marítima, manufatureira e mercantil do mundo".

O mundo viveu, nesta época, a face aguda do mercantilismo. Uma falsa noção de riqueza gerou os sistemas mercantil e do "bulionismo". A prata, então metal monetário, por excelência, era despejada da América sôbre a Europa, em "verdadeiras catadupas". E foi, justamente, em reação a esta híper-sensibilidade ao metal sonante, que apareceu a doutrina fisiocrata.

Foi Colbert, ministro de Luiz XIV, que, com a prática do seu sistema mercantil, provocou a agitação das "elites", em torno dos problemas econômicos.

O intervencionismo indébito do Estado, derivado do "colbertismo" deu causa à reação fisiocrata. E afirmaram então, os seus mentores, a existência de leis naturais e morais de ordem econômica no processo das quais o Estado não deveria intervir. A nova escola rejeitava, assim, o sistema protecionista, como pernicioso à Economia.

Estamos na época do livre-exame e da Enciclopédia. Foram declarados os "direitos do homem". Os filósofos da revolução burguesa pregam que o cidadão é livre e ao Estado compete apenas manter a ordem, fazer justiça e cobrar impostos. É então publicado o **Tableau économique**, de François Quesnay, em que a doutrina é a do respeito às leis da

natureza, as quais regem e favorecem, sem necessidade de dispositivos artificiais, a produção, a distribuição e o consumo da riqueza. Quesnay pontifica e arrebanha prosélitos: o Marquez de Mirabeau, o intendente Gournay, Dupont de Némours e Mercier de La Rivière.

Como Colbert, certa vez, inquerisse de um industrial a sua opinião sôbre a forma mais conveniente do Estado intervir na Economia, recebeu a seguinte resposta: "Monseigneur, laissez faire, laissez passer".

E Gournay, um dos fisiocratas, instituiu essas palavras em lema da nova doutrina.

Quando Adam Smith publicou a **Riqueza das Nações**, fundou também a ciência da Economia Política, que deve o seu nome ao francês Monchrétien.

Nascia a nova ciência sob a influência da concepção do homem abstracto, do "homo-civicus".

Vieram os tenebrosos dias da Revolução Francesa e, sob a influência da ideologia liberal, caia uma nobreza corroida, para ceder o lugar a uma burguezia ávida de poder que haveria de dominar, criando uma civilização materialista que se contraporia à fase espiritualista da Idade Média. Era a reação inevitável ao misticismo empolgante que dominou a Idade das Cruzadas. E, como todo exagêro provoca o exagêro contrário, ao fideismo sucedeu o racionalismo. Ao "homem místico" sucedeu o "homem razão". Ao misticismo sucedeu o naturalismo.

Dois extremos. Duas épocas que se repelem. Duas civilizações que se negam. Ao reinado da Religião sucedeu o reinado da ciência. Ao primado absoluto do Espírito sucedeu o primado absoluto da Matéria. Ao livre-arbitrismo, a todo o transe, sucedeu o determinismo cego. E em contraposição ao Cristianismo, apareceu a "religião" do "materialismo histórico". Só mais tarde, no século XX, seria possível recompôr o equilíbrio perdido, na grande síntese de uma filosofia de vida integral, maravilhosamente contida na expressão do Divino Mestre: "Dai a Cesar o que é de Cesar e a Deus o que é de Deus".

O mundo transporia então, as divisas de uma Idade Nova.

Obedecendo à orientação doutrinária do **laissez faire, laissez passer,** desenvolveu-se a economia burguesa. E o Estado assistiu, indiferente, à formação e desenvolvimento das grandes organizações econômicas e financeiras que conseguiriam um poder tal que sobrepuja o do Estado, dilatando-se para o âmbito internacional. Foi a fase aurea do individualismo. O espírito do lucro separou a Moral da Economia. Os plutocratas, na sua adoração absorvente pelo "bezerro de ouro", na sua prepotência desmedida e desumana escravizaram o proletariado, garantidos pela lei da oferta e da procura, reduzindo o trabalho a simples mercadoria.

O proletário tornou-se pária do Ocidente. O capital transpoz as fronteiras das pátrias, estendendo

os seus tentáculos sôbre o mundo e amarrou as nações ao pelourinho da dívida, procurando impor a ditadura universal do Capital.

A reação dos oprimidos seria um fato a aguardar. Foi o que se registrou. À organização internacional do capital, o proletariado antepoz a organização internacional do trabalho. Estava criada a "questão social".

E desde então, a luta começou feroz entre o Capital e o Trabalho.

Estamos no século XIX.

A ciência, em todos os seus setores, progrediu extraordinàriamente. Houve o predomínio da máquina. A situação do proletariado agravou-se.

O panorama social apresentava, de um lado, um pauperismo penoso; do outro lado uma riqueza opulenta; de um lado, o Trabalho; do outro, o Capital; evidentemente, a sociedade estava mal organizada.

E surgem, então, as doutrinas socialistas, reformadoras da sociedade, que se vão diferenciando em mil e um matizes. Proudhon, Jaurès, Saint-Simon, Le Play, Henry de Tourville, Lassale, Engels e Karl Marx e outros constituem a falange dos iconoclastas do liberalismo e dos apóstolos do socialismo.

Pretendendo ser revolucionários, não foram mais que proseguidores do liberalismo, precipitando, um pouco, a sua evolução.

Com Saint-Simon, o socialismo aparece estruturado em corpo de doutrina. Saint-Simon apresenta a fórmula: "a cada indivíduo segundo as suas obras", pensando resolver o problema da distribuição da riqueza.

Augusto Comte idealiza a sociocracia final, um regime científico-industrial, baseado na fraternidade universal, em que o proletariado seria incorporado à sociedade moderna.

Proudhon berra: "A propriedade é um roubo"!

E em 1849, aparece o "Manifesto Comunista", "o evangelho da revolução", na expressão de Burjain, composto por Karl Marx e por Engels.

E a doutrina socialista ou comunista resulta em um desdobramento lógico e conseqüente do liberalismo, como observou Berdiaeff. É o segundo tomo da civilização materialista. Continuação da primeira parte, iniciada pela Revolução Francesa. A filosofia comunista é filha da filosofia burguesa.

Ao mito do "homem cívico", o marxismo antepõe o do "homem econômico".

Já tivemos ocasião de dizer que é na orientação filosófica dos economistas, relativamente à natureza humana, que se encontra a pedra fundamental de tôda concepção doutrinária da ciência econômica.

Vimos que da abstração do "homo-civicus" nasceu a Economia liberal; da abstração do "homo-

economicus" nasceria também a Economia Socialista.

Verificamos assim, que todo sistema econômico, siga que orientação ou doutrina seguir, existe sempre em função do homem.

A Economia socialista, assim como todo o edifício do Socialismo, nasceu da falta de pão do estômago humano. É em função do estômago do homem que existe todo o mirabolante Estado socialista. O homem, no Estado socialista, não passa de um estômago que é preciso encher. É o monstro- estômago.

Para preencher essa finalidade o Estado torna-se o senhor absoluto de todo o organismo nacional. Apodera-se de tudo e de todos. Centraliza tudo. É o único patrão e proprietário. E a técnica alcança, então, a sua expressão máxima. Tudo se reduz à técnica. Tudo é maquinismo. O homem, êle próprio, se escravisa ao Estado e se torna uma máquina, tão sòmente. O sentido da organização social é o de que o homem existe para a sociedade, e não a sociedade para o homem. O deus-estômago é um deus terrível, exigente que a todos engole. A subversão de valores é completa. A revolução social é um tufão que tudo varre.

Pode-se dizer mesmo, que a Economia socialista, como ciência não existe. Ela é a negação formal de tôdas as leis naturais consagradas pela Economia clássica. O Estado absorve tôdas as suas prerroga-

tivas. E não exageraremos, se concluirmos por afirmar que a Economia socialista nada mais é que uma política econômica, a forma mais extremada da "economia dirigida". A intervenção do Estado é completa. Nada se passa à sua revelia. O Estado tudo prevê, tudo regula, tudo planifica: a produção, a circulação e o consumo da riqueza. O artificialismo de uma tal prática, resalta, evidente. Os planos quinquenais da U.R.S.S. falam por si próprios. Que é da natimorta N.E.P. de Lenine?

A Economia socialista carece de fundo científico, pois não passa de uma política intervenção do Estado, plasmador de rítmos econômicos.

Fruto do século passado, a Economia socialista teria, forçosamente, aquela "forma particular de uma mentalidade geral do século XIX", de que fala Henry de Man. Essa mentalidade característica do século passado, é a de encarar todos os problemas por uma das faces e querer subordinar o todo, na sua complexidade, a uma solução parcial e estreita. Essa forma de mentalidade é justamente oriunda dos processos científicos experimentais do século passado. Estudando o fenômeno em face do século XX assim se externa Plínio Salgado:

"Êsse experimentalismo científico, tendo ido aos extremos da análise, atingiu as sínteses supremas. No campo da química por exemplo, essa marcha é evidente. No campo da astronomia e da matemática, essa nova forma de pensar é uma das ex-

pressões mais surpreendentes do século XX. Não é possível, depois da teoria dos ionios e depois do relativismo einstaniano, raciocinarmos com a mesma mentalidade do tempo de Lavoisier e de Newton. A própria história, depois dos métodos de Spengler, adquiriu um poder de supervisão imprevisto aos homens de sobrecasaca dos tempos passados. A sociologia ganhou uma capacidade nova, depois dos métodos intuitivos de Keyserling".

Assim, a Economia. Depois da derrocada da Economia capitalista ou liberal, diante do artificialismo da Economia socialista e do fracasso do néo-capitalismo ianqui (que é antes um passo para o Corporativismo que uma injeção de óleo canforado no organismo agônico do velho capitalismo), a solução fascista tem ganho terreno, e uma nova doutrina econômica vem se esboçando no mundo, oriundo da evolução da sociedade, e perfeitamente acondicionada à época: a da escola corporativa ou integralista.

A Economia marcha resolutamente para rumos novos.

Já não é mais possível fundamentar a Economia, nas concepções falhas dos "homo-mistico", do "homo-civicus" ou do "homo-oeconomicus". São verdades parciais. Vivemos no grande século da síntese. Estamos ávidos de verdades totais. Temos, hoje graças ao progresso científico, a uma filosofia

Integral, uma concepção totalitária do universo e do homem.

Nós, integralistas, homens modernos, que nos prezamos de ser, não rejeitamos as puras conquistas da ciência e é, à luz de uma filosofia nova, que nos permite ter uma concepção integral da História, que viemos trazer, do fundo das nossas cogitações, a pérola de um Pensamento Novo. Êsse Pensamento Novo é a nossa concepção integral do homem.

O homem não é só espírito, razão ou estômago. O homem é tudo isso. Afirmamos o homem como ser espiritual, intelectual e econômico. Separar qualquer dêsses atributos, é truncar a personalidade humana. É mutilar a sua integridade. Êsse, o grande sentido da nossa Revolução, traçado no mais moderno dos documentos políticos: o "Manifesto de Outubro".

Partindo dêste princípio, a Economia Nova deverá existir em função do homem integral. Concepção extraordinária, decorrente de um notável progresso da filosofia.

A Economia Integral, embasando a sua estrutura na iniciativa privada, embora impondo a responsabilidade do produtor perante o Estado, e adotando, como processo para a realização dos seus objetivos, o sistema corporativo, se afirma como ciência moral e social. Moral porque trata do homem, e social porque estuda a sua vida em sociedade.

O liberalismo considerava os fatos econômicos do ponto de vista do indivíduo, abstraia do Estado e conceituava mal a sociedade.

O socialismo abstraia do individuo, tudo vendo sob o ângulo da sociedade, concebendo erradamente o Estado.

O Integralismo econômico, na expressão lapidar de Miguel Reale: "estuda os fatos enconômicos do indivíduo e da sociedade no Estado: é uma economia em que o Estado está sempre presente, enquanto que na liberal estava ausente, e na socialista era absorvente, confundido com a sociedade, espírito reduzido ao corpo"...

Nestas palavras acha-se contida a definição do que será a Economia Integral.

Afirmando:

a) "que nem sempre o interêsse individual corresponde ao interêsse social e que portanto, a economia deve considerar, ao mesmo tempo, os dois têrmos integrantes: o indivíduo e a sociedade;

b) que a ordem econômica, o salário justo e o preço natural não se formam automàticamente, mas mediante a ação do Estado, pois a ordem econômica não passa de um aspecto da ordem política, que é a ordem integral;

c) que o indivíduo só é integralmente livre e realmente garantido quando age através de seus grupos naturais: a Família, o Sindicato, o Município, a Província, a Corporação, a Nação.

d) que, além da finalidade de ordem material, a atividade econômica objetiva fins éticos e espirituais, e que à utilidade do indivíduo, devemos acrescentar a de grupo e a da Nação;

e) que a colaboração das classes dentro da solidariedade nacional é a condição e o objetivo da economia, e que a inteligência não é uma servidora ora do capital, ora do trabalho;

f) que a iniciativa privada deve ser mantida, estabelecendo-se, porém e com a máxima segurança, também a responsabilidade do produtor perante o Estado".

A Economia Integral, ou Corporativa, passou o atestado de óbito ao liberalismo e desautorizou o socialismo.

Adaptando as palavras de Rocco à Economia Integral, poderemos dizer que ela contém a liberal, e a supera; contém a socialista e a supera.

Proclamando o Trabalho, sujeito da Economia, a escola corporativa ou integralista dignificou-o, elevando-o da condição mesquinha de simples mercadoria, dependente da lei da procura e da oferta, que lhe impuzera a liberal democracia, assim como o livrou de ser escravizado pelo regime socialista.

Diante do arrojo, do realismo e das concepções originais da Economia Corporativa ou Integral e, o que é mais, da sua verdade científica, é um engano julgá-la uma das múltiplas formas da "economia dirigida"... A "economia dirigida", processo puro

e simples de política econômica do Estado, apareceu por efeito da crise da Economia liberal. Tendo surgido como medida remediadora do estado caótico do mundo econômico, ela é bem uma experiência proveitosa, que muito cabedal fornecerá para a estruturação futura da Economia Integral. A "economia dirigida" é a ponte que conduz o mundo da Economia liberal para a Economia Integral. É transitória, portanto. É uma política, não é uma ciência. É evidente, por conseguinte, o êrro palmar que contém aquêles que incluem a Economia Integral ou Corporativa, entre as mil e uma concepções ou práticas da "economia dirigida".

A Economia, como tôda ciência, evolue e se aperfeiçoa. Estando condicionada ao homem e ao mundo, é natural que lhes acompanhe a marcha. Não é estática. É um absurdo concebê-la imutável. Temos verificado que muitas das suas leis ou princípios que entraram em conflito com a realidade contemporânea, se tornaram anacrônicos, e por isso, sofreram restrições ou cederam o lugar a outros mais adiantados.

Um dos exemplos mais flagrantes de tal fenômeno, e da moeda, problema que tanto aflige e preocupa os governos de após-guerra, nos é assim demonstrado pelo espírito penetrante de Plínio Salgado: "A velha economia, baseando-se ainda numa concepção estática da moeda, não pode contar o di-

namismo da produção que a técnica acelera numa progressão geométrica".

Outro sério problema econômico da atualidade é do crédito. O crédito é, para a economia, "o que o sangue é para o organismo humano". No regime do liberalismo econômico êsse sangue, no Brasil, é todo canalizado para o estrangeiro pela falta de um sistema bancário nacional.

A revolução da moeda, como a solução do problema do crédito, serão duas grandes conquistas da Economia Integral.

É fácil, portanto, provar a caducidade da Economia liberal e evidenciar o artificialismo da Economia socialista.

Concluimos que afinal, como acentuamos no início dêste ensaio, discutindo o mérito das diversas doutrinas econômicas, no fundo, o que está em jôgo é a própria natureza humana .

J. Vialatoux, em sua **Filosofia Economica**, dogmatizou: "Para responder ao verdadeiro conceito de ciência, deve ser antropomorfista a disciplina que se ocupa dos fenômenos econômicos humanos e, portanto, não apenas mecanicista, nem mesmo apenas finalista, a geito das ciências do ser vivo, mas submetido ao princípio de uma finalidade moral e espiritual. De outra forma, coloca no seu ponto de partida a negação do humano".

Porém, não queremos terminar, sem termos o prazer de copiar esta admirável e moderna concep-

ção do homem, de Limongi, professor de Economia, de São Paulo, que tão bem se identifica com o nosso pensamento:

"Só quem professa o dualismo enxerga no homem um sêr capaz de aperfeiçoar inteligentemente as instituições econômicas, isto é, reguladoras das relações entre o homem e o mundo exterior em vista da sua manutenção e subsistência, porque, nem o considera exclusivamente sujeito às leis físicas ou biológicas, nem um mago que, projetando o próprio eu sôbre o mundo exterior, o transforma a seu bel-prazer, mas uma criatura a quem Deus concedeu o livre arbítrio, a livre inteligência que aprende e a livre vontade que utiliza as leis naturais".

Se transplantarmos o sentido destas palavras para a esfera da sociedade, definiremos a Economia Integral:

Só quem professa o Integralismo concebe o Estado como orgão interventor da Economia, supervisionando-a e orientando-a, inteligentemente, por intermédio do sistema corporativo, na garantia do princípio cristão da propriedade, da iniciativa privada e da soberania nacional, porque nem considera a Economia como exclusivamente sujeita às leis naturais, nem vê no Estado o mago que tudo transforma a seu talento. A Economia Integral afirma, portanto, num supremo equilíbrio, as leis naturais e a orientação esclarecida do Estado.

Essa, a nossa concepção integral da Economia.

(in **Panorama**, n.º 11)

ANTÔNIO GALOTTI

ECONOMIA DIRIGIDA

FERIDO nos pontos mais sensíveis da sua estrutura, nessa lenta agonia em que se vem debatendo, o regime capitalista ensaia a cada passo uma nova experiência ou improvisa uma nova teoria, na grande ânsia de "salvamento" que o domina e atordoa.

Embora com o sacrifício de alguns dos postulados fundamentais que proporcionaram a vitória e a expansão do regime, o que visa o capitalismo de hoje, sem a menor preocupação pela coerência dos princípios, é conservar-se "vivo".

Não importa que a liberdade econômica encontre barreiras e limites erguidos pela ação dos governos, nem que a vida econômica se processe sob o contrôle do Estado, fatos que antes não seriam tolerados. O regime quer "viver", prolongar-se de qualquer modo, mesmo com o sacrifício e a morte dos princípios que o geraram e fortaleceram. Procura soluções para a crise que o assoberba e, ao anúncio de ruinas iminentes e irremissíveis, êle contrapõe fracos planos e processos de "salvação".

Surge com Taylor a racionalização que vai ser exercida, com êxito passageiro, na Alemanha e na América, e que os Sovietes, em 1921, sob o comando de Lenine, atestando mais uma vez o íntimo nexo

da sua economia com a economia capitalista, resolveram adotar como meio de incentivar a produção e diminuir o preço de fábrica.

Surge Ford, que vai continuar, dentro do capitalismo, a obra revolucionária iniciada por Taylor.

Surge o sistema esboçado por um grupo de professores norte-americanos sob o título de Tecnocracia.

Surge o que se convencionou chamar a "Economia Dirigida".

Assim, multiplicam-se impotentes as tentativas de solução. É sabido que nenhum dêsses sistemas alcança o seu objetivo, porque estão todos impregnados do mesmo vício essencial que corroe o cafitalismo, isto é, a hipertrofia do econômico, a preocupação obsedante do lado material da vida. Ora, as verdadeiras revoluções têm de vir insufladas por um novo espírito, que restabeleça, na vida social, a hierarquia natural dos diferentes elementos que a integram. Um dêsses laços hierárquicos é constituido pela subordinação necessária do interêsse individual ao interêsse geral. E para a efetividade dessa subordinação do bem próprio ao bem comum, que é uma das manifestações do anti-individualismo que vai caracterisar o nosso século, é indispensável a atuação de um órgão diretor da vida econômica, visando harmonisar os interêsses em conflito e realizar um plano de prosperidade geral. Essa intervenção compete naturalmente ao Estado.

Condenado o liberalismo econômico, que recebeu, na grande guerra, juntamente com o liberalismo político, o golpe de morte, observa-se, como uma nota constante dos novos sistemas, a posição intervencionista do Estado em face dos problemas sociais. Ao invés da displiscência, do alheiamento ou da apatia, o Estado teve de interessar-se pelo destino econômico dos indivíduos e da nação, de modo a tolher o desenvolvimento de um regime de abusos sociais e depauperamento nacional. A atitude neutra do liberalismo do século XIX sucede a atitude intervencionista do estatismo do século XX. Nesse rítmo de pensamento surge a "economia dirigida", que pretende ser um sistema e conta com inúmeros adeptos. A verdade, porém, é que a "economia dirigida" não chega a ser uma teoria. Nela não encontramos nenhum elemento que, pela sua importância ou novidade, lhe comunique a feição teórica de um novo sistema econômico. Onde os princípios sistematisados que lhe dariam personalidade teórica? Onde os seus doutrinadores? "Economia dirigida" é uma simples atitude, inspirada nos moldes do Estado moderno, que renasceu para a vida econômica, depois de um século e meio de triste e criminosa sonolência.

Significa apenas que os governos já se interessam pela economia nacional, dirigindo-a, estimulando-a, traçando rumos e formando planos. Quer dizer, pura e simplesmente, **intervenção do Estado,**

sem nenhum outro princípio orientador, sem nenhuma outra norma de definição. Tanto que é "economia dirigida" a realização do plano de socialização econômica, intentado pelo sovietismo. Como o é também a construção da economia nacional, no sentido fascista. Como o é ainda a organização do corporativismo católico que o Estado austríaco de Dollfuss pretende realizar. Como o é, igualmente, o plano de reconstrução econômica da América do Norte, sob a ditadura constitucional de Roosevelt. Como o seria, por sua vez, a fórmula econômica elaborada por qualquer Estado à vista de interêsses tìpicamente capitalistas.

Não pode, por conseguinte, a "economia dirigida" ser considerada um sistema, pois, na verdade, não passa de uma atitude comum a vários sistemas e integrante de planos diferentes e até visceralmente antagônicos.

Caracteriza-se tão sòmente pela atitude intervencionista do Estado, de modo que, por assim dizer, tôda economia rigorosamente, conscientemente intervencionista, é "economia dirigida". Fóra disso nada há que a conceitui ou lhe empreste fisionomia de doutrina autônoma.

Pierre Gaxotte chama-a "uma invenção de economistas americanos que reuniram, sob êste rótulo, uma coleção de idéias confusas". Evidentemente Gaxotte nega-se a considerar sèriamente a pseudo doutrina e resolve fazer graça. Mas há autores que

dedicam estudo à "economia dirigida" e é através dêles que se pode, com mais segurança, aquilatar da ausência dos princípios indispensáveis à conceituação ou à vida de uma doutrina econômica.

Assim Bertrand de Jouvenel, que escreveu um livro sob o título **L'économie dirigée**, limita-se a ponderar que é necessário reformar o Estado para o efeito de dirigir a economia nacional.

Reclama, além disso, o rejuvenescimento do Estado para amparar o indivíduo na atual catástrofe econômica. Não dá uma definição, não expõe um princípio que personalize a doutrina. Permanece nas afirmações vagas que se justapõem perfeitamente ao princípio geral da intervenção do Estado. Nada de novo, portanto.

Ainda confirmando o ponto de vista defendido, pode-se invocar o testemunho de Lucien Laurat em **L'Économie soviétique**.

A economia da Rússia vermelha, atacada de mortal paralisia, em virtude do comunismo de guerra, que excluiu a iniciativa privada do campo da produção, recebeu em 1921 os impulsos de um novo plano econômico: a NEP. Restabeleceu-se a iniciativa privada como meio de incrementar o desenvolvimento das fôrças produtivas, afim de evitar que o socialismo concretizasse o seu ideal, realizando a igualdade na miséria.

A NEP visava estimular as fôrças produtivas da nação, através de um duplo setor: o da iniciativa

privada e o da produção socialista, devendo o plano se desenvolver de modo a sempre mais debilizar e até aniquilar, se possível, o setor privado da produção. Na opinião de Lucien Laurat, com a NEP "o Estado soviético tomou as primeiras providências para dirigir a economia". Ou melhor: "Pela primeira vez, a população de um grande país viveu sob o regime da **economia dirigida**". Dirigida para um fim determinado: a implantação do regime socialista.

Ora, se assim é, não estamos evidentemente diante de uma doutrina econômica. E sim de uma mera expressão verbal indicativa de uma atitude. A caracterisação da doutrina se fará através do objetivo colimado pela direção que o Estado vai imprimir à Economia. A intervenção diretora não constitui, por si só, uma doutrina. Representa, apenas, um estímulo e delineia a trajetória para a objetivação de um plano doutrinário anteriormente concebido.

O Estado intervém, dirigindo a economia para a obtenção de um fim ideado, seja o fascista, seja o socialista, seja o cooperativista, etc...

Não há, portanto, um traço forte, distintivo ou caracterisador da chamada "economia dirigida", a qual, na verdade, se resume e se dilui no princípio intervencionista.

Pespegaram a êsse velho princípio, proclamado e defendido desde os meados do século passado, um

rótulo pomposo, e apresentaram-no, nesse momento de rápidas improvisações, como uma nova doutrina econômica.

Em conclusão, é lícito afirmar que a "economia dirigida", de que falam inúmeros curiosos, emprestando-lhe o caráter doutrinário de um sistema votado à solução dos problemas atuais da economia, não pode figurar entre as modernas teorias econômicas que, de fato, mereçam êsse nome.

Equívoco muito maior seria o de imaginar que a concepção integralista da economia se define pela "economia dirigida". A economia integralista será, sem dúvida, dirigida pelo novo Estado em função da prosperidade individual, da grandeza nacional e da paz social. Não se limita, porém, a afirmar a intervenção do Estado, pois se subordina ao plano muito mais amplo que visa instaurar uma ordem social de justiça e equilíbrio, com quadros políticos e econômicos rigorosamente delineados, sob a salutar inspiração dos valores do Espírito.

(In **A Offensiva**, 21-6-1934).

LEOPOLDO AYRES

CARTA ABERTA AOS SACERDOTES DE MINHA PÁTRIA

MEUS prezados irmãos no sacerdócio:

Quem subscreve estas linhas apela com credenciais suas, não para algum prestígio intelectual, que lhe falece, mas para o prestígio moral, que lhe confere a sinceridade extrema com que se tem havido em tôdas as causas, pelas quais se tem empenhado. Está mais do que claro que a minha palavra se bem seja a do sacerdote, não é a da Igreja. E apenas como companheiro e patrício, é que eu me dirijo a vós, caros irmãos, tanto das grandes e das pequenas cidades, como dos rincões sertanejos, onde, todos, mourejais o bom combate por Nosso Senhor.

Estou certo de que tendes conhecimento do problema comunista no Brasil. Êle existe, êle se processa em evolução ameaçadora, êle está a bater-nos à porta. Dissimulá-lo, fingir ignorá-lo, proclamar a sua inexistência, isso é empresa dos interessados nêle.

E custaria demasiado crer existisse, entre sacerdotes, alguém que, já não digo conscientemente, mas inconscientemente mesmo, se prestasse à manobra dos encapuçados, com êles concordando que o comunismo, no Brasil, é apenas um fantasma. Não, eu não o creria.

O comunismo é, pois, uma realidade, em nossa Pátria. Êle vigia, solerte, capcioso e covarde, nas escolas de todos os graus, na imprensa, em que há órgãos vassalos de potências ocultas, no funcionalismo, nas sociedades profissionais, nos grêmios estudantinos, nas fábricas, nas classes armadas, e — embora isso cause espanto e horror — até nas associações religiosas, mesmo nessas que vêm sendo uma grande fôrça de reerguimento moral e espiritual da juventude brasileira, nas admiráveis e pujantes congregações marianas!!! Se tal vos afirmo, eu vos juro que é porque sei de fatos rigorosamente concretos.

A tática comunista, porque de todo inexcrupulosa, não diferencia meios, nem escolhe instrumentos. Tudo lhe serve, que lhe caia nas mãos. É a impavidez de Satan reproduzida no espírito dêsses agenciadores do mal, que não trepidam diante de nada, nem mesmo da honra, da virtude, das coisas sagradas e da vida, orgulhosos em desafiarem a Justiça de Deus.

O mundo vem sofrendo, numa indizível provação, as conseqüências de sua cegueira, senão mesmo de sua negligência criminosa.

Nunca faltaram, nem hoje faltam as advertências divinas ao desleixo, ao comodismo, à isensibilidade dos homens. E quando Deus já não tem com que vencer a dureza dos corações, aí sobrevem a tormenta que, pois, abre os olhos aos incautos sis-

temáticos, aos nauseabundos sibaritas, e, também aquêles que tinham o dever de advertir, de pregar, oportuna e importunamente, mas o relaxaram, contentando-se com problemazinhos quotidianos e domésticos, que os embalavam na modorríce de uma gostosa inércia...

Vêde a Espanha êstes dias. Aprofundai a causa do mal que ela sofre e encontrareis a resistência às exortações de Deus. E por isso juntos, expiam inocentes e culpados. Sirva-nos de exemplo a Espanha. Ouçamos do céu, através dos sofrimentos acerbos daquela nobre gente, que deu tantas glórias a Deus, tanto lustre à Igreja e tantos fulgores à civilização. Olhemos para aquêle martírio que já se faz longo demais e em que cerca de um milhão de vidas já foi sacrificado.

A passos bem largos, o Brasil marcha para uma situação idêntica à da Espanha. O comunismo ronda — circuit, quarens quem devoret — buscando a presa inerme e indefesa. Vinte e sete de novembro foi a voz de Deus a soar-nos de mais perto. Mas, parece havermos ficado insensíveis. Abertas, hoje, as portas da prisão a muitíssimos que tramavam ou deflagraram aquêle surto, nêle por diversos modos colaborando, de novo golpes se concertam, se reajustam providências outrora frustras, e se intenta colher de improviso o povo brasileiro, adormecido pela oratória narcótica dos falsos democratizantes

e convencido pelos simulados inimigos de Moscou de que o bolchevismo é patranha das polícias e alucinação da burguesia. Estai, porém, certos de que a urdidura do assalto se está tecendo às ocultas e com a conivência ignominosa dêsse liberalismo anacrônico, imbecilizado e paralítico, que só tem entranhas para quem perdeu a liberdade de que pessimamente usava, mas não se condoi de pobres criancinhas e de miseráveis viúvas, que perderam seu pai, seu arrimo, seu tudo na existência.

Vós, meus caros irmãos no Sacerdócio, de tudo isto sabeis e tudo isto, eu estou certo, confrange o vosso coração peregrino, tão costumado já a recolher desalentos e queixas, que sabeis suavizar e minorar, com bondade, com doçura, com sacerdotal caridade.

Se, porém, é iminente o perigo, se êle já está a farejar os humbrais de nossa casa, preparando-se para contra nós alçar o seu bote insidioso a nós, sacerdotes de Deus e da Igreja, que nos incumbe? Pregar, pregar contra o perigo, expondo-o a luz meridiana, dissecando-lhes os repolhos tortuosos, escancarando-lhes os tenebrosos intuitos, que alimenta sôbre a máscara da doblez liberalista. A encíclica **Divini Redemptoris** com que Deus fala pela voz do seu Vigário, seja a última e decisiva advertência à nossa desidia. E não só pregar nos cumpre. Importa agir, também. Não temais agir contra o

comunismo porque talvez parece que isso é fazer política. Os amigos da confusão, os aproveitadores do cáos é que andam assoalhando essa inépcia. Com sua autoridade de Supremo Pastor da Cristandade, Pio XI vai até sugerir, como urgente e indispensável, uma frente única de todos os Cristãos contra o comunismo. E por que ainda tardamos em realizá-la? Que espécie de obturação nos insensibiliza o ouvido à voz angustiada do Pontífice?

Meus irmãos sacerdotes: há no Brasil uma corrente doutrinária político-social, a qual, tanto quanto possível, corresponde à concepção social e política que, como corolário natural transfere do evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo. É a Ação Integralista Brasileira. Os que já a estudastes, sabeis plenamente dos seus elevados e nobres propósitos. Os que ainda não fizestes, estudai-a, e eu vos afianço que acabareis por adotar o seu programa e trabalhar pelo seu êxito.

A Ação Integralista Brasileira não é um sistema filosófico, nem um credo religioso. É uma tentativa auspiciosa de criação no Brasil de um Estado Cristão, de moldes, entretanto, não teocráticos, mas de um Estado que se inspira nos fundamentos da doutrina cristã, dêles haurindo sua energia construtora, vitalizadora e conservadora. Pugna por Deus, pela Pátria e pela Família — tudo quanto, de modo imperecedoura se acha gravado mais fundo na cons-

ciência nacional brasileira. Apregôa a reforma dos costumes individuais, segundo o modêlo cristão, reforma que estatue como básica para a reforma da sociedade. Prescreve a conservação e o respeito de tôdas as instituições fundamentais do Cristianismo. Institue a justiça social, como condição da ordem, esteio da tranquilidade e fiança da paz interna. Sugere a extirpação das causas dessa profunda e extensa anarquia moral, em que se vem desfibrando e fenecendo a mocidade do Brasil, entregue aos caprichos perversos de uma deseducação que se consuma nas platéias dos cinemas, na atmosféra dos casinos, na devassidão das praias, no desamor do estudo, no menosprezo da cultura, no vilipendio da dignidade, no desacato ao que é puro e sagrado — tudo o que, aliás, predispõe o espírito à bolchevização imperiosa dos costumes.

O comunismo sagrou o Integralismo como o maior e mais perigoso dos seus inimigos. Não há mais expressivo testemunho do valor do Integralismo, como elemento de reação aos desmandos e às monstruosidades moscovitas. Portanto, para o Integralismo é que devemos volver as nossas vistas, não só porque é um conjunto de princípios políticos e sociais, ortodoxamente cristãos, que um católico pode perfilhar, de consciência tranqüila, como igualmente, porque seja o único plano unificado de combate eficaz aos arreganhos do tartarismo pestilento.

É certo, certíssimo mesmo, que a Ação Católica é remédio específico contra o bolchevismo. Ela é insubstituível. Mas, seu êxito é mais premunitivo do que pròpriamente corretivo. Ela forma os espíritos couraçando-os com a fortaleza que tornará infrutífero qualquer trabalho de bolchevização da mentalidade do homem. Ela fará estéril o terreno do coração para a frutificação da semente maldita. À Ação Católica pertence a primazia entre os fatôres dessa espiritualização da sociedade que inacessibiliza as inteligências e os corações ao assalto do materialismo comunista. Há contudo, situações em que, não por inútil em si, mas por extemporânea, a Ação Católica se faz improdutiva. É o que também se dá com a higiene. A higiene previne o surto e o alastramento das epidemias. Quando, porém, estas já se acham numa fase de crescente generalização, a higiene não mais é bastante. Então é oportuna a imediata medicação repressiva, que tais proporções assumirá, na medida da veemência do mal. Assim, também, o comunismo já passou, entre nós, do período da possibilidade ao da realidade. Já não é suficiente a Ação Católica que o desprepara, porém, urge uma ação mais direta que o sufoque. Aliás, contra o bárbaro que, num repente, nos lança na contingência de ou reagirmos fulminantemente ou deixar-nos matar, de nada serve a Ação Católica, inofensiva arma diante do canibalis-

mo russo, cujos sacrílegos excessos não forçam a Deus que acorra com milagres em favor daqueles que perderam o senso das realidades e jamais cuidaram de prevenir os males futuros.

Como, pois, seria possível esperar de um remédio ainda não aplicado o seu efeito contra um mal que já vigora em plena atividade? Aqui, como em tudo mais, pensamos de acôrdo com Pio XI. Foi êsse grande pontífice o organizador da Ação Católica. Contra o comunismo, todavia, êle julga a Ação Católica não bastar. Assim, é que pela sua Carta **Caritate Cristi Compulsi,** Pio XI propõe ao mundo uma frente única de defesa da civilização cristã e sugere que a componham todos os que se prezam do nome de cristãos, isto é, mesmo aquêles que exorbitaram a área da Ação Católica. Sim, meus bons irmãos, preguemos a Ação Católica, nela colaboremos com tudo que tenhamos, demos-lhe a nossa vida, as nossas atividades, a nossa inteira boa vontade; entretanto, coloquemos as coisas em seu devido lugar. Soou a hora da reação, pronta e eficaz. Já é passado o momento da premunição contemplativa.

Ora, por suas credenciais incontestes de profundo nacionalismo e de espiritualismo vigoroso; pelo seu senso de disciplina e de ordem; pelo seu religioso acatamento às instituições cristãs; pela idéia de fraternidade que prega, e realiza como sen-

timento, sem prejuízo da oposição enérgica, que é de seu dever sustentar contra os semeadores da corrupção: afinal, pelo prestígio de que já desfruta no seio de tôdas as camadas incorruptas do Brasil, o Integralismo é uma voz que merece ser ouvida e acolhida por todos os brasileiros incontaminados de contágios malsãos, mòrmente neste minuto trágico, em que estrangeiros audaciosos conluíam com brasileiros sem consciência a escravisação da Pátria ao rebenque de Stalin.

E aquilo que venho pedir-vos, agora, meus prezados irmãos no Sacerdócio, é que pratiqueis uma obra de caridade espiritual para com vossos fiéis e vossos amigos, dissipando no seu espírito os êrros, as contrafacções, as fantasias, as invencionices, as mentiras e as calúnias, com que os patranheiros reclamistas do comunismo andam a fazer do Integralismo, uma campanha de desmoralização e de descrédito, escorados na geral ignorância com que se mantém as populações, acerca do grande Movimento de Plínio Salgado. Fazei, sim, essa obra de caridade espiritual, que cabe perfeitamente no vosso santo ministério. Ensinai aos sequiosos da verdade que o Integralismo não é um Movimento político, no sentido faccioso, mas um veemente clamor pela unificação da família brasileira, que os partidos desgraçaram. Ensinai que a fonte de que bebe seu espírito o Estado Integral, é Cristo Deus, confessado

pública e solenemente, não só na boca oracular do Chefe Nacional, assim como na mais rígida prática, em sua vida pessoal, o que faz se revigorarem em sua fé e no seu exemplo, as doutrinas que prega, muito ao contrário daqueles que, apenas a última hora, emitem pirotécnicas confissões de religiosidade e amor a Deus... para efeitos eleitorais. Ensinai, enfim, tudo que vos sugerir o coração, para que se ilumine o espírito dos vossos fiéis e se torne bem claro o único roteiro feliz, pelo qual deve caminhar o nosso bom, sincero, mas pobre povo, que o liberalismo infelicitou quando lhe trouxe esperanças a que mentiu.

Não quero findar esta carta, sem vos transmitir algumas palavras que valem infinitamente mais do que as minhas. Eis como ao comunismo e ao Integralismo se refere destemerosamente o insigne Bispo d. Manoel Nunes Coelho:

"Há muita gente boa que, apesar dessa qualidade, se esquece de pôr em prática, o que sabe repetir insconscientemente: "Faça da tua parte que Deus te ajudará', e, em muitos casos, só espera que Deus esteja a fazer milagres, a todo momento em seus favores, como se fôssemos merecedores de milagres, mesmo cruzando os braços, em face dos maiores perigos. Tem muito significação ainda o ditado popular "Fia-te na Virgem e não corras... e verás o tombo que levas". É doutrina da Igreja

que expor-se a um perigo, esperando um milagre, é tentar a Deus. Tudo isto vem a propósito para elucidar os espíritos dos inimigos gratuitos do Integralismo, que não vêm neste Movimento Nacionalista de regeneração espiritual a Providência Divina apontando aos brasileiros o caminho de salvação contra a aluvião de lama e de sangue que inunda a heróica Espanha e que ameaça sèriamente o Brasil.

Se o Integralismo, que a Igreja ainda não condenou, nem condenará, enquanto não se desviar da rota que tem traçado, é considerado pela Rússia e por seus assalariados como o maior obstáculo ao desenvolvimentos do bolchevismo no Brasil, não resta a menor dúvida que o brasileiro católico às direitas, deverá ter não só simpatia, como grande confiança nesse movimento nacionalista, por Deus, pela Pátria e pela Família, que, de fato (1) é o único atualmente capaz de controlar a ação bolchevista e a fatal derrocada da civilização cristã, planejada pelo Komintern. Dissemos católico, às direitas, porque serão êstes não sòmente os que terão o coração torturado diante das abominações praticadas pelo banditismo comunista como serão os primeiros visados por seu ódio sanguinário, uma vez depositários do poder e da fôrça.

Aos católicos de que está cheio o mundo, os tais católicos políticos, não lhes preocupam essas coisas, porque no momento do perigo saberão manobrar e

até descobrir na consciência, uzeira e vezeira em interpretações acomodadas aos seus maus instintos, os mais tranquilizadores motivos de entabolar negociações de paz com o banditismo.

Eis porque não regateamos aconselhar aos bons católicos e ao clero que prestigiem ao Integralismo, único meio de ação, (2) atualmente, capaz de impedir a derrocada tremenda que ameaça a Religião e a Pátria. Na Alemanha o Nazismo degenerou-se, é verdade, em paganismo perseguidor da Igreja, mas o bolchevismo é tanto pior do que o paganismo que o episcopado alemão, mesmo condenando êste, louva a atuação do govêrno nazista, no seu combate e vigilância contra aquêle.

Cada dia nos convencemos de que a atuação do govêrno central da República com relação ao Integralismo que, na Capital Federal, se expande sem a menor coação, é uma manifestação, patente e indiscutível da providência Divina, inspiradora dêsse meio poderoso e eficaz de salvação para o País. A não ser isto, as manobras terríveis e tenazes da maioria dos deputados federais associados às perseguições impatrióticas de alguns governadores dos Estados, agentes, ainda que inconscientes, do Komintern já teriam reduzido o Integralismo à mesma sorte que mereceu a A. N. L. Mas se os homens gozam da faculdade de propor, só a Deus é reservado o dispôr de tôdas as coisas. Em resumo — na hora dos fuzilamentos, serão os bispos, padres, as freiras

e os católicos às direitas os primeiros visados. Nesta hora os católicos políticos recolher-se-ão aos seus bastidores, e... salve-se quem puder... Se, pois, no Integralismo temos uma escola de patriotismo são e uma ideologia muita aproximada da doutrina católica, prestigiá-lo será fazer da nossa parte para que Deus nos ajude, sobretudo na hora incerta e perigosa que vivemos".

(in **A Offensiva**, 25-7-1937)

---

(1) — Secundando a Ação Católica, que está acima de tudo.
(2) — Na esfera política.

ERNANI LOMBA FERRAZ

DEMOCRACIA E SUFRÁGIO

QUANDO há cêrca de dois mil anos, na longínqua e já lendária Jerusalém, o proconsul romano Poncio Pilatos, símbolo eterno dos homens comodistas e sem convicção, num esfôrço final para evitar a Tragédia do Gólgota e apaziguar sua consciência vascilante, submeteu à turba enfurecida dos judeus, esporeada pelo ódio sangrento dos sacerdotes do Templo, a escolha entre Jesus e Barrabás, entre o Justo e o Malfeitor, entre a Virtude e o Crime, teve a Humanidade sua primeira experiência do sistema do sufrágio universal e, com esta primeira experiência, a mais cabal e definitiva demonstração de sua falência, da incapacidade do povo de manifestar-se coletivamente com acêrto, possível que é, sempre o foi e sempre o será, das mais variadas e imprevisíveis influências, sobretudo das que mais diretamente falem aos seus baixos instintos e insopitáveis paixões do momento.

A passagem evangélica, sôbre representar uma condenação, decisiva e formal, da vontade quantitativa, revela também o poder das minorias organizadas na dominação das muldidões ignorantes, desorientadas e desgovernadas.

Passadas, no entanto, quase vinte séculos assinalados por incontestes processos em todos os se-

tores das atividades humanas, não assimilamos ainda a lição singela ensinada nos albores da era cristã e, muito menos, nos deixamos convencer pela verdade tão eloqüentemente evidenciada no relato simples dos primeiros historiadores da vida de Jesus.

Obediente à fórmula falaciosa segundo a qual não há democracia sem sufrágio universal, insistimos teimosamente em delegar às massas incapazes e reconhecidamente irresponsáveis, a suprema responsabilidade das mais sérias escolhas e das mais importantes decisões.

Dominados por inconcebível submissão a mitos aparentemente consagrados; vencidos por invencível preguiça mental na busca de novas fórmulas; subjugadas enfim por insuperável comodismo decididamente anti-revisionista dos conceitos vigentes, tidos como definitivos, não nos queremos deter na análise do que realmente se deve entender por Democracia, muito embora bem cônscios e advertidos das subversões e deformações a que se tem prestado o significado dêste vocábulo.

Lamentàvelmente, não é apenas no Brasil que se observa êste estado de coisas. O fenômeno é universal e, por si só, explica suficientemente a situação de perturbação, de intranquilidade, de degradação moral e de falta de rumos que caracteriza o panorama mundial contemporâneo. No Brasil, entretanto, em virtude de um critério cada dia mais tolerante e liberal na concessão de direitos políticos e em fun-

ção de um mais baixo nível cultural e sobretudo educacional, êle se manifesta mais acentuadamente e mais agravado conduzindo-nos a um estado de desgovêrno absoluto, de completa ausência de autoridade, de quase anarquia.

Assim, antes que a náu do Estado venha a soçsobrar no vórtice das agitações estéreis e das paixões desenfreadas, faz-se imperiosa a necessidade de uma retomada de posição, de uma imediata e realística revisão do problema, especialmente tendo-se em vista que mais de sessenta anos de desvirtuamentos notórios e de pressupostos constitucionais otimistas não criaram nem criarão jamais uma realidade política.

Perseverar, pois, no êrro ou na ilusão só por amor a conceitos vasios de sentido e à interpretação dominante, é agir impatriòticamente e com ânimo suicida.

Por Democracia deve-se entender um regime político que, assegurando a todos os cidadãos iguais possibilidades e iguais oportunidades, nem por isto espera que todos se revelem dotados de igual capacidade.

Na segurança de possibilidades e oportunidades indistintas e idênticas, reside a igualdade que constitui a viga mestra do sistema e que, por isto mesmo, não deve ser confundido com o nivelamento desencorajador e desistimulador da interpretação atual-

mente vigente, que só conduz à mais temível e destruidora demagogia.

Assim como em sua verdadeira e rigorosa conceituação, a Democracia erige em dogma a garantia de uma igualdade que se assenta na segurança de possibilidades e oportunidades semelhantes a todos os cidadãos, da mesma forma procede com respeito ao reconhecimento da diversidade de capacidade de cada um, seja em função de qualidades, dons ou virtudes individuais seja em conseqüência de um melhor, mais esforçado e mais proveitoso uso dos ensejos iguais por ela propiciados. Não iguala os direitos, esmagando a qualidade em favor da quantidade, ou diluindo aquela nesta, mas diferencia-os em critério seletivo indiscutìvelmente sadio e perfeitamente justificável. Dispensa tratamento desigual a cidadãos desiguais, outorgando-lhes direitos em relação com sua capacidade e reconhecendo que, profundamente dissemelhantes em inteligência e em vontade, os homens não podem compreender os problemas que não lhes é dado alcançar, não lhe competindo, dêste modo, expô-lo à mercê da opinião e das paixões públicas.

Baseando-se na vontade do maior número, não exclui necessàriamente a faculdade de recrutar esta maioria entre os que tenham qualidades para integrá-las, eliminando compreensivamente os incapazes, os inconscientes, os menos esclarecidos, os que não reunem condições de conhecimento e de inde-

pendência moral e material para o exercício dos deveres cívicos que lhes atribui.

Evidente, pois, claro e insofismável, que a verdadeira Democracia, ao contrário do que hoje se pensa, não é avessa à seletividade. Antes, impõe-na, vez que, firmando o critério da igualdade na garantia de oportunidades e possibilidades idênticas a todos os cidadãos, nem por isto deixa de ter em conta as virtudes, qualidades e atributos pessoais de cada um, não podendo, em conseqüência, esperar ou exigir de todos capacidade e, muito menos outorgar-lhes iguais direitos. Desta forma, o voto seletivo e qualitativo longe de contrariar o espírito da Democracia em tôda sua pureza, antes revigora-o e fortalece-o, fazendo-a funcionar sem as agitações e pertubações decorrentes dos grandes pronunciamentos de massas menos esclarecidas e menos capacitadas ao exercício de direitos políticos que só a demagogia lhes quer impôr, vez que é sempre prêsa fácil dos inescrupulosos e dos menos habilitados a dirigí-la, quando não de certas minorias agitadoras, tanto mais perigosas quanto melhor organizadas.

Torna-se preciso, pois, que se tenha energia moral para investir certeira e definitivamente, contra o culto exagerado das massas, tão característico dêste meio século de pertubações mundiais, e a coragem de pugnar desassombradamente pela integral restauração do verdadeiro e exato sentido de Democracia. Ao envés de nivelamento pelo mais baixo ní-

vel, decorrente dêste culto das massas, urge batalhar incansàvelmente pelo nivelamento no sentido opôsto, em base superior, criadas evidentemente as condições propiciatórias para a elevação do maior número possível, do nível dos que podem e devem participar efetivamente da vida política do País.

A prova mais concludente de que a Democracia pode ser seletiva, favorecendo por todos os meios a formação de elites dirigentes, sem prejuizo da igualdade que é de sua essência e que a todos possibilita o acesso a estas elites, está no fato de que, mesmo no regime pretensamente democrático, mas realmente demagógico, em que vivemos, há seletividade, se bem que frouxa e ineficaz, traduzida na exclusão de participação, na vida pública nacional, dos analfabetos, dos cegos, dos surdos-mudos, dos praças de pré, dos selvícolas, dos condenados e dos menores de dezoito anos. E a razão é clara e mais que justa: não lhes reconhecendo condições e, conseguintemente, capacidade para o exercício dos direitos políticos assegurados aos cidadãos, a lei básica priva-os dêsses direitos, sem que por êste motivo deixe de existir Democracia.

Ainda não há muitos anos, também as mulheres, pela só razão do sexo, eram excluidas do uso e gôzo de tais direitos e, no entanto, o regime então vigente, não era considerado menos democrático. Nem se compreende seja tido por anti-democrático o regime que fizer passar por um crivo mais rigoroso

e menos liberal à concessão do direito de participação na vida pública, desde que, fiel ao princípio da igualdade, assegure a todos os cidadãos, indistintamente, possibilidades e oportunidades semelhantes para a satisfação das condições mínimas exigidas para a obtenção, uso e gôzo dêsses direitos. As restrições decorrentes dêsse maior rigor e menor liberalidade nada mais representam do que a auto-defesa da própria democracia, não havendo como recusar-lhe o direito de defender-se, legítima e fundamente, dos que não reunem condições para integrá-la conscientemente, ajudando-a, prestigiando-a e praticando-a em tôda a sua pureza e plenitude, muitas vêzes mais perigoso do que os que a combatem frontal e abertamente, por constituirem a massa dócil por êles manobradas.

Já se reconheceu à Democracia o direito de opôr-se, passiva e ativamente, aos seus desvirtuadores, aos seus inimigos doutrinários, aos filiados a doutrinas que a contrariam em sua essência, objetivando o aniquilamento da personalidade humana. Foi expressamente proibida a sua agremiação em partidos políticos e permitiu-se mesmo o cancelamento do registro do único partido nacional julgado ideològicamente anti-democrático. Porque, pois, não se lhe reconhecer também o direito de resistir a outras formas perigosas de desvirtuamentos e deformações, como a demagogia, que só encontra condições de subsistência no culto infrene e desa-

busado das massas inconscientes, ignorantes, incapazes e absolutamente despreparadas para o exercício dos deveres cívicos que se lhes quer impôr? Por que não se outorgar ao regime democrático a faculdade de defender-se dêsses inevitáveis desvirtuamentos mediante a adoção de um critério mais rigoroso na concessão de direitos políticos, protegendo-se e protegendo as massas incultas e ingênuas contra os seus exploradores e os inescrupulosos, que se valem de sua boa fé, de sua ignorância, de sua falta de discernimento e de todos os recursos da moderna propaganda, para dominá-las, para desservi-las, para ludibriá-las e para desmoralizar e desacreditar o regime?

A tese não envolve, evidentemente, qualquer sentido antidemocrático, mas simplesmente num sentido de defesa natural da Democracia, de par com uma intensão de maior realismo político, uma vez que a presunção otimista, de que todos os cidadãos devem reunir condições para uma eficiente participação na vida pública, é teórica, é desastrosa, é positivamente inaceitável. O grande êrro do século é justamente de supôr que a massa é constituída de cidadãos, quando ela se compõe apenas de indivíduos, nem sempre à altura de bem compreenderem os deveres do cidadão.

A Democracia encontra sua base e seus fundamentos na expressão da vontade da maioria, mas esta vontade assim expressa, para ter valor, deve

traduzir a manifestação dos que tenham condições para manifestar-se, dos que possam opinar, dos que possam escolher, dos que possam optar, dos que possam discernir, dos que possam, enfim, pronunciar-se consciente, esclarecida e independentemente. Não se trata, assim, da vontade majoritária da massa amorfa, sem capacidade, sem discernimento e sem independência, não procedendo a objeção de que a vontade assim apurada representa uma violência contra a maioria, pois o domínio, a preponderância, o reinado da massa, pela simples virtude do número, é que constitui permanente violência contra a vontade dos grupos esclarecidos, convertendo-se em verdadeira ditadura da quantidade.

Um brilhante e vigoroso pensador nacional, Plínio Salgado, já declarou com rara precisão e propriedade, que "ninguém pode afirmar que uma verdade deixa de ser verdade por ter menor número de adeptos". E exemplificando seu pensamento, já bastante claro e convincente, acrescentou: "Quando Pasteur proclamou a sua verdade bacteriológica, teve contra si a maioria dos centistas da França e, nem por isso sua verdade deixou de ser verdade. A maioria do Sinédrio condenou a Jesus contra votos favoráveis e, pelo fato de ser a sentença aprovada pela maioria, não deixou de ser injusta. Se realizarmos um plebiscito pedindo o pronunciamento da vontade geral sôbre o quadrado da hipotenusa, êste não deixará de ser a soma do quadrado dos ca-

tetos, ainda que um só homem, ou geômetra, fique contra todo o pêso da opinião pública".

Mas, se não é pelo número de seus adeptos que se pode aferir de uma verdade, é certamente pelo prestígio do número, da quantidade, que se vem mantendo tôdas as mentiras e todos os desvirtuamentos e tôdas as deformações que caracterizam a vida política e administrativa do Brasil, como à de todos os países subjugados e obsessionados pela idéia de que seus rumos têm de ser necessàriamente indicados pelas massas e pelas multidãos, sem seletividade e sem atenção à qualidade.

Na mesma ordem de idéias, uma autoridade de prestígio mundial pergunta se "entregar a decisão de questões gravíssimas às multidões naturalmente ignorantes e apaixonadas, não é entregá-las ao acaso e correr voluntàriamente para o abismo?"

Impedir uma legítima auto defesa da Democracia só por amor a fórmulas ideais, já definitivamente condenadas pela prática, erigindo em tabú a vontade da maioria absoluta, da massa, da multidão, pela só circunstância de representar a quantidade e sem nenhuma atenção à qualidade, é estultice confessa, é violência inadmissível contra a minoria esclarecida, é fazer obra consciente de auto-destruição.

(in **A Marcha**, 15-1-1954)

ÂNGELO SIMÕES DE ARRUDA

O QUE É O MOVIMENTO INTEGRALISTA BRASILEIRO E O QUE PRETENDE

O Integralismo é o destacamento de vanguarda do Povo Brasileiro na batalha pelo destino livre, cristão e democrático da Pátria; é, antes de tudo, a voz suprema do instinto de conservação do Brasil, uma formação de combate pela Defesa Nacional e Pan-Americana.

O movimento integralista é a indomável vontade de sobrevivência do Brasil, quando, nesta metade do século, a questão capital e preliminar é a própria existência soberana da Nação no quadro revolucionário e convulsivo do mundo moderno, quando se aproxima a hora em que todos os brasileiros deverão lutar pela vida e pela independência da Pátria em perigo, quando as mais terríveis ameaças internas e externas se atocaiam contra o Brasil e contra os povos livres da América e da Europa.

É o grito de alerta e o toque de reunir diante da agravação recente da crise política com as eleições de 3 de outubro e a instabilidade da Terceira Guerra Mundial entre o Ocidente e o Imperalismo Russo, já em pleno desenvolvimento estratégico e podendo explodir sem aviso de um momento para outro.

É a clarinada vibrante do apêlo ardente e apaixonado, é a advertência sagrada, é a mensagem de fé e de fervor patriótico para que todos os brasileiros, acima dos partidos, dos grupos sociais, e de quaisquer divergências secundárias, venham ocupar o seu posto de honra na defesa desta cidadela assaltada que é o Brasil dos nossos dias.

É a mobilisação permanente dos que não querem fechar os olhos e cruzar criminosamente os braços diante da catástrofe com que nos ameaçam inimigos do Povo e da Pátria, de todos os que se erguem como um só homem para a salvaguarda do patrimônio moral e material do Brasil; de todos os que teem o que perder — trabalho, família, bens, direitos, futuros; de todos os que não se resignam a assistir como míseros fantoches à agonia e à escravidão de sua terra.

É a união nacional, a ampla frente, única, de todos os brasileiros conscientes, de todos os cristãos e verdadeiros democratas que sentem e compreendem a urgente necessidade de por um fim à desorganização, ao cinismo, ao desfibramento derrotista e ao descalabro em que o país se dissolve, às ameaças de anarquia, de guerra civil, de invasão extrangeira e de terror comunista, — pela solução inadiável dos problemas mais prementes do Brasil.

É a solidariedade fraternal de todos os brasileiros unidos por um destino comum, na paz e na guerra.

É a nossa Democracia em marcha, a Democracia Forte, moderna, justa, eficiente, de base popular — trabalhista e de espírito cristão, que libertará o Brasil das putrefatas oligarquias políticas que nos teem infelicitado.

É a vanguarda organizada e combativa do povo, das classes médias e trabalhadoras, na luta pela Reforma Social, pelo bem estar coletivo, pela melhoria imediata das condições de vida.

É a execução enérgica de um grande Plano Econômico nacional para o aproveitamento imediato e intensivo das nossas imensas riquezas inexploradas — eletrificação, petróleo, ferro, trigo — para o aumento da nossa produção industrial, para a prosperidade da lavoura e modernização dos métodos da nossa agricultura que hoje apenas explora dois por cento das nossas terras, acabando assim com o absurdo intolerável do atrazo técnico e da pobreza do povo brasileiro que padece miséria e privações num dos países potencialmente mais ricos do mundo.

É o grande, audaz e vigoroso movimento do povo, dêsse povo espesinhado pelos maus governos, ludibriado pelos maus políticos, miseràvelmente traido pela quinta-coluna comunista, explorado pela demagogia mais grosseira, dêsse povo trabalhador, heróico e paciente, que hoje cansado de ser enganado e sacrificado, se levanta com uma fôrça inven-

cível para iniciar uma nova época na História da Pátria.

É o legítimo herdeiro dos ideais da Revolução Brasileira que impulsionaram os heróis de Copacabana em 1922 e empolgaram a alma nacional com os lutadores da imortal epopéia integralista.

É o maior, o mais importante e significativo movimento político e cultural da nossa História, a expressão mais consciente e lúcida das necessidades do Brasil no presente período de transformação mundial; é uma fôrça nova, e fundamental, que vem exercendo um papel decisivo na primeira linha dos acontecimentos, desde o memorável "Manifesto Integralista" de Plínio Salgado, em 7 de outubro de 1932.

É a única esperança do povo, a única solução democrática da crise atual em face da espantosa confusão e do beco sem saida a que os políticos completamente desorientados veem arrastando o país, fazendo alegres pique-niques à beira de um vulcão.

É a única estrutura política viva e organizada, capaz de enfrentar a situação quando todos os outros estão cada vez mais enfraquecidos, desarvorados e divididos, quando nada há de mais evidente e indiscutível do que o fracasso, a decomposição, a impotência, a desmoralisação dos velhos e novos partidos, das oligarquias carcomidas e das demago-

gias desavergonhadas, todos em plena bancarrota interna e falência política, cegos e surdos às realidades da nossa época — e assim se confessando pela boca de seus líderes e pela voz unânime da imprensa.

É o único movimento verdadeiramente nacional, quando os demais se arrastam à base do regionalismo e de ignóbeis ambições pessoais; é o único que tem um programa justo, nobre e digno, capaz de acabar com o atual regime de desordem, de incompetência, e de corrupção.

É o movimento que dará ao Brasil as leis de que o Brasil precisa, a começar pelo Código do Trabalho e polo Estatuto Rural.

É o único movimento que jamais fêz aliança eleitorais com os traidores comunistas, jamais emprestou a sua legenda para eleger deputados e vereadores da Rússia.

É o movimento cujo caráter legal e democrático foi proclamado em sentença memorável pela unanimidade dos juizes do Supremo Tribunal Eleitoral quando os comunistas requereram pèrfidamente a cassação do nosso registro.

É o movimento radicalmente diferente de todos os outros, os mesmos cães com coleiras diferentes, e que apenas se lembram do povo em véspera de eleições, para mendigar votos e fazer promessas jamais cumpridas e não passam de restos inúteis e cada-

verizados de mentalidades superadas juncando os caminhos do futuro.

É o Integralismo uma grandiosa campanha de civismo e de educação, que está forjando as fôrças espirituais da Pátria, ao fragor das lutas revolucionárias e dos choques guerreiros do Século XX.

É o movimento essencialmente nacionalista, que vem travando uma batalha de tôdas as horas pela Transformação Nacional, pela elevação do nível cultural, econômico e político do nosso povo, afim de construir o grande Brasil de amanhã como potência mundial de primeira classe.

É a cruzada libertadora de milhões de brasileiros oprimidos e sacrificados, vítimas do atrazo, da pobreza e da ignorância, na humilhante situação de área sub-desenvolvida, em que os políticos inconscientes e incapazes das oligarquias tradicionais nos conservam a meio século. O fato monstruoso e intolerável, segundo investigações recentes do Senado dos Estados Unidos, é que entre 53 nações estudadas, estamos em 47.º lugar entre os povos de mais baixo nível de vida do mundo. A culpa, evidentemente, é dos políticos que nos dirigem, dos governos que quase nunca souberam fazer outra coisa senão contrair empréstimos, aumentar impostos, permitir negociatas e agiotagens, decretar estados de sítio, levar o povo à desilusão e ao desespêro, entravar o nosso progresso.

É a luta pela retensão econômica e administrativa de mais de dois mil municípios, sufocados e explorados na imensa vastidão do interior do Brasil, dos quais 1.600 mal podem pagar os seus poucos funcionários, porque 90% dos impostos vão para a União e os Estados.

É a fidelidade às legítimas tradições da Pátria; a fidelidade à Terra e às raizes da Nação, ao verdadeiro espírito nacional, que está muito mais no interior, no campo e no sertão, onde vivem 80% dos nossos patrícios, do que nas grandes capitais cosmopolitas do litoral.

É o movimento para quem o Brasil não é apenas o asfalto e os arranhacéus das grandes cidades, mas a terra imensa que herdamos dos nossos antepassados, as pequenas cidades onde palpita incontaminado o coração de nossa gente, as zonas rurais onde as madrugadas já encontram 10 milhões de brasileiros no labor dos campos.

É o grito de esperança e de revolta da mocidade do Brasil; é o ideal dos estudantes, o da juventude das fábricas, dos campos, dos escritórios e do comércio, que luta com dificuldades cada vez maiores para educar-se e abrir caminho na vida; é a sublevação das novas gerações que sonham com a grandeza do Brasil.

É o movimento nacional, onde a Mulher Brasileira, as mães, as donas-de-casa, as educadoras, as

môças que estudam e trabalham, veem encontrar o baluarte da família, a defesa dos lares, a garantia de que na fronte de seus filhos jamais haverá o estigma da escravidão comunista, a salvaguarda do futuro da nossa raça, da saúde e da educação das crianças brasileiras, sete milhões das quais hoje não teem nem sequer escolas para aprender a ler.

É a marcha redentora de uma grande Idéia Nacional e Humana, quando a sorte do Brasil e do mundo será decidida no máximo em dez anos. Hoje, ainda é tempo para salvar-nos, para impedir que o Brasil seja uma China ou uma colônia. Amanhã, pode ser tarde. E ninguém se iluda: temos de nos salvar pelas próprias mãos.

É a legítima defesa do Brasil, e das nações irmãs da América, nesta hora em que o imperialismo russo declara guerra de morte à existência e à liberdade dos povos da Europa, da Ásia, e do nosso continente.

É o baluarte invencível da resistência brasileira contra a invasão russa e os lacaios da quinta coluna comunista que pretendem reduzir-nos a uma colônia.

É a mais corajosa e implacável fôrça anti-comunista do Brasil. Foram os integralistas os primeiros que alertaram a Nação contra o assalto bolchevista em 1934, os que desmascararam as manobras vermelhas quando a opinião e o próprio go-

vêrno nada sabiam, numa incomensurável ingenuidade diante do perigo. Foi, portanto, o Integralismo, que fêz abortar o golpe bolchevista de novembro de 1935. Dez anos depois, é novamente êle o único movimento que, em 1945, quando os políticos e grande parte da imprensa e da opinião silenciavam ou se acumpliciavam com o P.C.B., saiu a campo para enfrentar a investida soviética. E tanta razão nos sobrava, que o Brasil, tendo chegado a reconhecer o govêrno de Moscou, foi a primeira das grandes nações a romper relações com a Rússia e a fechar o partido comunista.

É o movimento dos que proclamam o fortalecimento da Democracia em base moderna e a criação de um novo sistema político-social e econômico em todo o Ocidente, é o único caminho que resta para a salvação do Mundo Cristão e dos Povos Livres, sobretudo depois da explosão atômica na Rússia, da catástrofe chinesa e do avanço bolchevista na Ásia.

É o partido que exige, como imperativo de sobrevivência nacional, a adoção de novos métodos democráticos, de uma técnica política moderna e eficiente, por quanto é impossível enfrentar a confusão, a discórdia, o fanático assalto comunista, com a decomposição e a fraqueza absurda dos velhos partidos e da velha mentalidade individualista. É uma concepção histórico-social que resulta da

cultura moderna e das mais recentes conquistas de Ciência e da Técnica.

É o espírito novo do século XX que se ergue contra as ilusões e os preconceitos mortos do século XIX — o liberalismo, o marxismo congelado, o materialismo evolucionista e dialético; é a Civilização Brasileira que se afirma e se liberta das deformações com que tentaram falsificá-la e desviá-la de seus rumos originais.

É a criação do Estado Nacional Popular, da nova ordem social, das novas instituições exigidas pela realidade brasileira e pelos imperativos inelutáveis da nossa época.

É o único, que entre os organismos políticos existentes, tem direito de responder à pergunta inquietante "para onde vai o Brasil?", porque é a fôrça invencível do Futuro, a energia inquebrantável do homem livre da América, que salvará da decadência o Ocidente Cristão, a alvorada da idade nova.

É o ideal dos que reconhecem como o maior problema dêste século a salvaguarda da dignidade humana, a defesa intransigente dos Direitos do Homem e dos valores do Espírito, diante da feroz e aterradora escravidão totalitária do comunismo e das criminosas explorações econômicas das plutocracias sem alma.

É a cidadela do espírito cristão, nesta hora em que os carrascos do bolchevismo reiniciam a era dos

mártires e os cristãos voltam às catacumbas nos países atrás da "cortina de ferro", são presos, torturados, seveciados e assasinados aos milhares em campos de concentração, como na Polônia, na Hungria, nos Balcans e na China, quando inumeráveis sacerdotes e bispos, e o próprio cardeal Mindzenty tombam vitimados pelo terror comunista.

É o movimento que se solidariza integralmente com a heróica e incomparável grandeza da Igreja Católica, na batalha de vida e de morte que se trava entre o Mundo Cristão e o banditismo comunista. A causa do cristianismo é a mesma causa da humanidade. Foi a Igreja que sempre salvou e ainda está salvando a Europa e o Ocidente.

É o movimento nacional popular que se empenha a fundo na valorização do Homem Brasileiro, e por isso está conquistando a confiança e o entusiasmo de milhões de patrícios.

É o movimento que tem um grande objetivo histórico e atingir, uma irrefreável razão de ser, porque representa o impulso de crescimento vital do Brasil, imensa nação-continente, país cósmico, que é hoje a primeira potência latina e católica do mundo.

É o movimento que desfralda e empunha bem alto a bandeira da justiça social e das reivindicações do povo trabalhador.

É, enfim, uma Revolução espiritual em marcha, porque é uma importante sublevação renovadora, um imenso despertar da consciência brasileira para as realidades dêste século; porque é um esfôrço supremo do povo brasileiro para libertar-se do atrazo e do pauperismo semi-colonial; porque é a urgente construção da Nova Economia Brasileira capaz de garantir uma vida digna a mais de sessenta milhões de patrícios; porque é o sentimento profundo e imortal da Pátria, a própria batalha decisiva pelo inalienável destino do Brasil.

(in **Idade Nova,** 9-3-1950, reelaborado para o presente volume).

RÔMULO ALMEIDA

REFLORESTAMENTO

"BRASILEIRO", antes de ser filho desta terra, foi o mercador do mais cobiçado produto dos primeiros tempos, exatamente o pau de tinta que deu nome ao país.

Apezar disso, ou por isso mesmo, raramente ou nunca, vemos, em pessoa, o pau-brasil. Extinguiram-se das florestas pomposas do litoral, sem nenhuma consideração pelo Futuro, que era o dono da terra.

Encontraram um tesouro sem defêsa. Não havia olhos para espreitar a cupidez dos que se lançaram, em fulminante rapina, sôbre a riqueza fácil e abundante. Pilharam as matas, sôfregamente, como quem quer a fortuna já e já, de qualquer maneira, e tem pressa, para não ser pegado na apropriação ilícita...

Esta é a memória sinistra dos traficantes que enriqueceram à custa do nosso empobrecimento, cujo principal dêles, Fernando de Noronha, só nos legou o desgôsto do seu nome em nossa principal ilha oceânica.

Houve "ordenações" para que se poupassem as riquezas florestais, menos embora do que as dirigidas às colônias espanholas. Mas, o cuidado, aqui, foi diminuto e exclusivamente legal. Depois das con-

cessões do pau-brasil, continuou a devastação incalculável e impiedosa, com um prejuízo para o país que seria astronômico si pudessemos reduzir a cifras.

O triste, entretanto, é que a situação perdura. E que, cada dia, o nosso patrimônio territorial diminua de valor. Em vez de utilizar os frutos, destruimos também o que nos favorecia novos frutos: a árvore. Não nos contentamos com o lucro, gastamos perdulária e inconscientemente o capital. Decresce a nossa riqueza. Rareia até a alimentação gratuita que no mato tinham as nossas míseras populações rurais. O terreno, sem árvores que lhe garantam a humidade, humus, sombra, se torna agreste para as pequenas culturas que matam a fome da nossa pobre gente do campo. E foge a caça, pela extinção do sombreado e dos esconderijos do mato.

No Brasil, o homem ainda não aprendeu a dar valor à natureza. Tivemos duas lições nefastas de desprêso às árvores: a dos feitores coloniais que saquearam, e a do índio, com a sua displicente e fatal queimada. O caboclo é dendroclasta por índole, como disse Euclides, e aniquila, sumàriamente, num instante, o que a natureza levou décadas e séculos construindo.

A nossa gente tem muito respeito pelo que é alheio, mas não aprendeu ainda que a natureza é de todos, é do Futuro, é da Pátria, e é um crime

atentar contra a sua integridade. Vamos ensinar isto ao povo brasileiro.

Os povos adaptados à sua terra, cuidam de sua paisagem (o seu país) como da sua casa. Nós nem siquer pensamos no valor futuro das terras, quanto mais para cuidarmos da sorte das gerações vindouras. Parece que ainda somos degredados, colonos gananciosos, e, em vez de conservar, valorizando, nossa riqueza natural, desenvolvemos, ao contrário, a capacidade humana, incalculável, de destruição.

Disse Alberto Torres que a conservação das fontes da vida no Brasil é um problema de adaptação humana ao **habitat**. Não sômos mais uma fazenda ultramarina, onde é preciso sugar tudo, como quem espreme e deixa o bagaço... Havemos de tornar o caboclo dedrófilo por educação, como quer o sr Arthur Neiva. Do contrário, tôda a zona habitada se tornará estéril, e o deserto irá invadindo até as brenhas amazônicas.

A queima e derruba alastram os vales nús e os cocorutos tristes de montanhas sem vegetação, deixam a paisagem desoladora dos trapos vegetais que cobrem as margens das nossas vias de penetração, que ostentavam outrora a roupagem verde e luxuriosa das matas.

Os climas vão se abrasando. Minguam-se as reservas d'água. Descrece o volume dos rios. O das Velhas, por exemplo, até 1885 era navegável,

e por êle desceu para o São Francisco o vapor "Saldanha Marinho", que não mais pôde voltar à sua primitiva estrada líquida de Gualcuí a Sabará. Como o desta informação de Calógeras, inúmeros outros casos.

Estatística recente informa que, nos últimos anos, os mananciais que fornecem agua ao Rio, vem descrecendo progressiva e assustadoramente. Destruiram as matas que protegiam as nascentes. E si a "cidade maravilhosa" pode se orgulhar das matas de Tijuca, é que, depois de destruídas, foram replantadas pelo Major Acher e pelo primitivo Taunay. As nossas **urbs** no trópico arrumam jardinzinhos rasteiros como os francêses... Nas ruas, de árvores poucas e mirradas, a caminhada nos dias de canícula, é insuportável especialmente para os que não podem usar ternos levíssimos e distrair o calor no ócio das praias, sob as largas umbelas, mas têm a necessidade de mexer-se na sueira estival, 40 graus à sombra debaixo de grossas casimiras de inverno.

É uma campanha nacional, a do reflorestamento, que devemos levar avante, com a eficiência devida, em nossos 3.000 núcleos.

A uma cronista sútil, o Integralismo apareceu reflorestando a alma brasileira, dando-lhe o verde da mocidade e da vida.

O Integralismo é o primeiro movimento brasileiro que tem consciência do Futuro. Que não

"planta a couve para o almôço de manhã, mas o carvalho para o abrigo do futuro". Nós poderemos criar o amor à natureza, conservar e enriquecer as nossas reservas de vida e energia.

Comemoremos as grandes datas plantando árvores, parques, bosques. Plantemos sempre, substituindo as árvores derrubadas e compondo os espaços vasios. Criemos a sombra e a fertilidade.

Antes mesmo de atingir o poder, poderemos fazer coisas formidáveis. Reflorestando as almas e os campos.

(in **Ação, 25-11-1936**)

LAURO ESCOREL

O CONTEÚDO HUMANO DO INTEGRALISMO

SÒMENTE a crítica artificial poderá reduzir os movimentos nacionalistas contemporâneos à uniformidade de um único padrão, abstraindo os aspectos identificadores e as diferenças características existentes entre êles. É certo que todos se integram no mesmo pensamento geral de afirmação nacionalista e de organização social, mas a própria realidade nacional impõe a cada um dêles fisionomias autônomas, condicionadas pelos vários meios em que se processam, tornando-se diferentes uns dos outros, muitas vêzes mesmo profundamente diferentes, como é o caso do Integralismo.

De todos os movimentos sociais, que lutam no limiar dessa Idade Nova, que faz a sua entrada na História antecipada por guerras e revoluções, golpes de audácia e afirmações de fé, o Movimento Integralista é sem dúvida o mais profundo e o mais complexo. Basta notar que a sua preocupação maior é a realidade interior do homem, a qual procura dirigir segundo os ensinamentos da moral cristã, dando como base da revolução essa reforma espiritual.

Não é com simples intuito demagógico que proclamamos que o Integralismo está lançando, nessa sua campanha de renovação construtora, os funda-

mentos de uma humanidade nova. Temos razões fundas para isso.

Realmente os movimentos nacionalistas vitoriosos ou a caminho de vencer em outros países estão muito aquém do Integralismo, que a todos êles supera em profundidade essencial, em extensão, em transcendência doutrinária. E o que diferencia e coloca o movimento dos "camisas-verdes" num plano superior é o seu maior conteúdo de realidade humana.

As outras revoluções que temos assistido têm se preocupado com fatores isolados, como o nacionalismo, o racismo, o comunismo, sem integrá-los numa unidade maior que os contenha e supere. Todos êles são os primeiros esboços de uma época da qual o Integralismo será talvez a expressão definitiva e completa.

A humanidade está à procura de uma fórmula salvadora que pratique o milagre de harmonisar as fôrças dos antagonismos sociais, levados hoje às suas últimas conseqüências. Já foram feitas tentativas dessa harmonização. Os homens procuram numa organização nova o segrêdo desejado, o elixir dos rejuvenescimentos milagrosos.

O que assistimos nessa hora na Itália Fascista é qualquer coisa de surpreendente, de arrebatador. A disciplina e a harmonia alcançadas pelos italianos, não é um fenômeno vulgar. Mas tráz em si qualquer coisa de inédito, de irrevelado. O mesmo

se diga da Alemanha, onde a tradicional ordem germânica atingiu as suas mais refinadas expressões. A própria Rússia, com todos os seus êrros de inversões, denuncia um desejo humano incomensurável de encontrar a estabilidade na contingência de uma organização terrena.

Todas essas realizações e tentativas, entretanto, significam apenas o primeiro impulso, a arrancada inicial ,os primeiros pronunciamentos de épocas futuras.

O Integralismo, porém, contém e supera todas essas iniciações reformadoras, dando um grande passo à frente na conquista de postulados essenciais que deverão dirigir os homens nos tempos que se aproximam. Porque êle é a condensação das mais fundas aspirações humanas.

A doutrina integralista é profundamente conseqüente. Partindo de uma interpretação do Universo e do Homem, o Integralismo subordina tôdas as suas concepções sociais a essa interpretação fundamental. Todo o esquema doutrinário integralista é perfeitamente encadeado, relacionando em todos os seus aspectos, porque tudo nêle tem uma justificativa, uma razão de ser.

O Integralismo, realiza, assim, o perfeito senso de integridade. Porque possue a grande e complexa visão de largos panoramas que lhe permite realizar a Revolução do Homem.

LAURO ESCOREL

A INTERVENÇÃO DO ESTADO

A paisagem do mundo moderno é um grande cadinho de germinações iniciais. Fermenta nas revoluções sociais e nas agitações das ruas uma nova época humana que ainda mal se precisa em seus traços demarcadores. Sente-se que estamos no período efervescente das preparações, em que se prenunciam afirmações inéditas e transmutações renovadoras.

Mal precisa em seus contornos configuradores, a nova época que se anuncia já nos permite, porém, perceber quais as linhas gerais de sua estruturação futura, dando-nos, no quadro das nações que se transfiguraram, rompendo com antigos preconceitos, o esboço das construções vindouras.

Assistimos a uma revisão completa de valores, que vem criando um novo pensamento profundamente revolucionário diante da paralisia mental dos representantes de idéias mortas. Essa revisão profunda provocou o aparecimento de um Estado novo, possuidor de uma fisionomia própria, diferente daquela a que estavam acostumados os velhos constitucionalistas.

Assumindo perante a Sociedade uma atitude de intervenção, o Estado moderno provocou o es-

panto e a indignação daquêles todos que se tinham habituado a ver nêle apenas um espectador dos conflitos sociais. Em nome da própria Nação, o Estado prosseguiu, entretanto, em sua ação intervencionista, abrangendo todos os problemas, visionando tôdas as questões, orientado por um alto senso de organicidade e de compreensão de seu papel de gerente do bem comum. Nada se tem debatido mais do que essa tese da intervenção do Estado. Muitos não compreendem a questão como ela deve ser compreendida, adulterando inteiramente o problema. Há quem pense que intervenção do Estado é isso que vemos hoje: a criação de Institutos protetores. Não pode haver interpretação menos certa. O problema é muito mais complexo do que parece à primeira vista.

A intervenção do Estado pressupõe como condição necessária uma teoria de Estado completamente diversa da teoria liberal. Segundo esta o Estado constitue uma super-estrutura, um aparelhamento burocrático que paira sôbre a nação, alheio às suas necessidades vitais, colocando-se apenas como um policiador da ordem social. Não há a menor identidade de fins entre o Estado e a Nação. Antepondo como entidades produtíveis êsses dois têrmos, o liberalismo forçosamente haveria de concluir pela inoportunidade de qualquer intervenção, porque esta não seria mais do que a in-

gerência de um órgão estranho no organismo nacional.

Entretanto, não se pode colocar a questão dessa maneira. É preciso antes compreender que Estado e Nação não se opõem, mas se completam, que não há nem pode haver antagonismo entre ambos, mas a mais íntima harmonia de fins.

Segundo a doutrina integralista o Estado é a própria Nação organizada em todos os seus aspectos políticos, econômicos e espirituais. Identificado espiritualmente com a Nação, o Estado será expressão autêntica da vida nacional. Dessa maneira não haverá, pròpriamente, uma intervenção, mas uma ação conjunta de duas fôrças que se harmanizam numa mesma finalidade ideal.

O constitucionalismo não compreenderá certamente essa concepção de Estado. Acostumado a opor irredutìvelmente governantes e governados como entidades estranhas que apenas se suportam, irão dizer que estamos querendo transformar o Estado no monstro absorvente das livres atividades individuais. É natural que pense assim quem julga o Estado apenas como um mal necessário...

O Estado moderno é, porém, alguma coisa mais do que isso. Buscando no pensamento aristotélico-tomista a sua mais profunda razão de ser, compreendendo que a sociedade moderna impõe novas condições de vida, diversas das até então exis-

tentes, o Estado orienta e dirige a Sociedade, tendo em vista a grandeza da Nação, orientado por sua vez pelas normas essenciais do seu fundamento ético.

O direito de intervenção é um direito pela própria realidade social. Em nome dêsse direito é que o Estado agirá para compôr as grandes harmonias e realizar a verdadeira justiça.

ÍNDICE